



---

**REGULAMENTO DO  
DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES**

---

São Paulo, 13 de junho de 2025



## SUMÁRIO

|                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO .....</b>                           | <b>3</b>  |
| <b>PARTE GERAL .....</b>                                                    | <b>12</b> |
| 1 DO FUNDO .....                                                            | 12        |
| 2 DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO 12 |           |
| 3 ASSEMBLEIA GERAL .....                                                    | 16        |
| 4 ENCARGOS E RATEIO DE DESPESAS E CONTINGÊNCIAS DO FUNDO .....              | 19        |
| 5 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ATENDIMENTO AO COTISTA .....                  | 21        |
| 6 DISPOSIÇÕES GERAIS.....                                                   | 22        |
| <b>ANEXO I .....</b>                                                        | <b>24</b> |
| 1 CARACTERÍSTICAS GERAIS .....                                              | 24        |
| 2 REGIME DE RESPONSABILIDADE .....                                          | 24        |
| 3 DOS PRESTADORES DE SERVIÇO.....                                           | 24        |
| 4 OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....                                 | 28        |
| 5 REMUNERAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO .....                             | 37        |
| 6 CARACTERÍSTICAS DAS COTAS.....                                            | 40        |
| 7 EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS .....            | 44        |
| 8 LIQUIDAÇÃO, .....                                                         | 45        |
| 9 ASSEMBLEIA ESPECIAL.....                                                  | 47        |
| 10 [RESERVADO].....                                                         | 51        |
| 11 ENCARGOS.....                                                            | 51        |
| 12 FATORES DE RISCO .....                                                   | 52        |
| 13 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....                                           | 56        |
| 14 DISPOSIÇÕES GERAIS.....                                                  | 57        |
| <b>APÊNDICE A.....</b>                                                      | <b>59</b> |
| 1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....                                            | 59        |
| 2 NÚMERO DE EMISSÃO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO         | 59        |



|                        |                                                                         |                                     |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| 3                      | PÚBLICO-ALVO E RESTRIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO .....                           | 59                                  |
| 4                      | DIREITOS POLÍTICOS E DIREITOS DE PREFERÊNCIA DE COINVESTIMENTO .....    | 60                                  |
| 5                      | DIREITOS ECONÔMICOS – FINANCEIROS .....                                 | 60                                  |
| 6                      | TAXAS .....                                                             | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>APÊNDICE B.....</b> |                                                                         | <b>62</b>                           |
| 1                      | POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....                                          | 62                                  |
| 2                      | NÚMERO DE EMISSÃO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO<br>62 |                                     |
| 3                      | PÚBLICO-ALVO E RESTRIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO .....                           | 62                                  |
| 4                      | DIREITOS POLÍTICOS E DIREITOS DE PREFERÊNCIA DE COINVESTIMENTO .....    | 63                                  |
| 5                      | DIREITOS ECONÔMICOS – FINANCEIROS .....                                 | 63                                  |
| 6                      | TAXAS .....                                                             | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>APÊNDICE C.....</b> |                                                                         | <b>65</b>                           |
| 1                      | POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....                                          | 65                                  |
| 2                      | NÚMERO DE EMISSÃO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO<br>65 |                                     |
| 3                      | PÚBLICO-ALVO E RESTRIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO .....                           | 65                                  |
| 4                      | DIREITOS POLÍTICOS E DIREITOS DE PREFERÊNCIA DE COINVESTIMENTO .....    | 66                                  |
| 5                      | DIREITOS ECONÔMICOS – FINANCEIROS .....                                 | 66                                  |
| 6                      | TAXAS .....                                                             | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |

## DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

Para os fins do disposto neste Regulamento, os termos e expressões em letra maiúscula aqui utilizados terão os significados atribuídos a eles na tabela abaixo. Além disso, **(i)** os cabeçalhos e títulos servem apenas para conveniência de referência e não alterarão ou afetarão o significado ou a interpretação de quaisquer disposições deste Regulamento; **(ii)** os termos “inclusive”, “incluindo” e “particularmente” serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”; **(iii)** sempre que for adequado para o contexto, cada termo, tanto no singular quanto no plural incluirá o singular e o plural, e os pronomes masculino, feminino ou neutro incluirão os gêneros masculino, feminino e neutro; **(iv)** referências a qualquer documento ou instrumento incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diversa; **(v)** referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas; **(vi)** salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Regulamento, referências a capítulos, cláusulas, itens, parágrafos, incisos ou anexos aplicam-se aos capítulos, cláusulas, itens, parágrafos, incisos e anexos deste Regulamento; **(vii)** todas as referências a quaisquer partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários autorizados; e **(viii)** todos os prazos previstos neste Regulamento serão contados na forma prevista no Artigo 224 do Código de Processo Civil, isto é, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento:

| Termo Definido           | Definição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Aplicabilidade do Termo Definido no Regulamento |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| <b>“Administradora”:</b> | significa a <b>TMF BRASIL SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.</b> , sociedade com sede na Rua dos Pinheiros, nº 870, 22º andar, Pinheiros, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05422-001, inscrita no CNPJ sob o nº 18.313.996/0001-50, autorizada pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 13.239, de 20 de agosto de 2013. | Regulamento.                                    |
| <b>“AFAC”:</b>           | significa adiantamento para futuro aumento de capital.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Anexo I.                                        |
| <b>“ANBIMA”:</b>         | significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Regulamento.                                    |

|                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |              |
|---------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>“Anexo I”:</b>               | significa o Anexo I do Regulamento, que dispõe sobre os direitos e obrigações das <b>Cotas da Classe Única e suas Subclasses A, B e C.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Anexo I.     |
| <b>“Assembleia Especial”:</b>   | significa a assembleia especial de cotistas, pela qual são convocados somente os Cotistas da Classe Única.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Anexo I.     |
| <b>“Assembleia Geral”:</b>      | significa a assembleia geral de cotistas, pela qual são convocados todos os Cotistas do Fundo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Regulamento. |
| <b>“Ativos Alvo”:</b>           | significa: <b>(i)</b> ações, bônus de subscrição, debêntures simples, notas comerciais e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas; <b>(ii)</b> títulos, contratos e valores mobiliários representativos de crédito ou participação societária em sociedades limitadas; <b>(iii)</b> cotas de classe de outros fundos de investimento em participações; <b>(iv)</b> cotas de classe de fundos de investimento em ações – mercado de acesso; e <b>(v)</b> opções de compra, opção de subscrição, mútuos conversíveis em participações societárias, ou outros instrumentos ou arranjos contratuais que resultem em aporte de capital ou dívida, conversível ou não na Sociedade Alvo. | Anexo I.     |
| <b>“Auditor Independente”:</b>  | empresa de auditoria independente responsável pela auditoria das contas e demonstrações financeiras do Fundo e da Classe Única, conforme o caso, credenciada na CVM, para prestar tais serviços.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Regulamento. |
| <b>“B3”:</b>                    | significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Regulamento. |
| <b>“Boletim de Subscrição”:</b> | significam os boletins de subscrição por meio dos quais cada investidor subscreverá Cotas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Regulamento. |
| <b>“BRL/R\$”:</b>               | significa a moeda oficial do Brasil, o real brasileiro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |              |

|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |              |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>“Capital Autorizado”:</b>       | tem o significado disposto na <u>Cláusula 6.8, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                         | Anexo I.     |
| <b>“Capital Comprometido”:</b>     | significa a soma dos valores dos Compromissos de Investimento.                                                                                                                                                                                                                                                                          |              |
| <b>“Capital Integralizado”:</b>    | significa o valor total nominal em reais aportado pelos Cotistas na Classe Única.                                                                                                                                                                                                                                                       | Anexo I.     |
| <b>“Carteira”:</b>                 | significa o conjunto de ativos componentes da carteira de investimentos da Classe Única.                                                                                                                                                                                                                                                | Regulamento. |
| <b>“Catch-Up”:</b>                 | tem o significado disposto na <u>Cláusula 5.6, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                         | Anexo I      |
| <b>“Chamadas de Capital”</b>       | significa as chamadas de capital para aporte de recursos pelos Cotistas mediante integralização de Cotas, realizadas pela Administradora, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento, Boletim de Subscrição e deste Regulamento, de acordo com as orientações definidas pela Gestora, conforme previsto neste Regulamento. | Regulamento. |
| <b>“Classe Única”</b>              | significa o conjunto de classes representando o patrimônio total do Fundo.                                                                                                                                                                                                                                                              | Regulamento. |
| <b>“Classe Única Subclasse A”:</b> | significa a Subclasse A das Cotas da Classe Única, conforme características presentes no Anexo I e previsto na Resolução CVM 175.                                                                                                                                                                                                       | Anexo I.     |
| <b>“Classe Única Subclasse B”:</b> | significa a Subclasse B das Cotas da Classe Única, conforme características presentes no Anexo I e previsto na Resolução CVM 175.                                                                                                                                                                                                       | Anexo I.     |
| <b>“Classe Única Subclasse C”:</b> | significa a Subclasse C das Cotas da Classe Única, conforme características presentes no Anexo I e previsto na Resolução CVM 175.                                                                                                                                                                                                       | Anexo I.     |
| <b>“Código ART ANBIMA”:</b>        | significa a versão vigente do <b>(i)</b> “Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros” e <b>(ii)</b> “Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros”, ambos editados pela ANBIMA.                                                                                                             | Regulamento. |
| <b>“Código Civil Brasileiro”:</b>  | significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.                                                                                                                                                                                                                                                                 | Regulamento. |

|                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |              |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>“Código de Processo Civil”:</b>        | significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Regulamento. |
| <b>“Compromisso de Investimento”:</b>     | significa cada instrumento pelo qual o investidor subscreve e se compromete a integralizar Cotas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Regulamento. |
| <b>“Comunicado”:</b>                      | tem o significado disposto na <u>Cláusula 6.10.1 do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Anexo I.     |
| <b>“Conflito de Interesses”:</b>          | significa qualquer transação <b>(i)</b> entre a Classe Única e Partes Relacionadas; ou <b>(ii)</b> entre a Classe Única e qualquer entidade administrada pela Administradora ou Gestora (carteira de investimentos ou fundo de investimento); ou <b>(iii)</b> entre Partes Relacionadas e as Sociedades Alvos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Regulamento. |
| <b>“Controle”:</b>                        | significa a titularidade, seja por meio da propriedade de valores mobiliários, contrato, acordo de sócios, procuração para voto ou por outro meio, de direitos de participação ou de direitos contratuais de uma Pessoa que lhe assegure, direta ou indiretamente: <b>(i)</b> a maioria dos votos nas deliberações de tal Pessoa, ou <b>(ii)</b> o poder de nomear a maioria dos administradores ou diretores de tal Pessoa, ou <b>(iii)</b> o poder de direcionar ou influenciar a direção da administração ou as políticas de tal Pessoa, e os termos relacionados <b>“Controlada por”, “Controlador” ou “sob Controle comum com”</b> , deverão ser lidos de forma correspondente. | Regulamento. |
| <b>“Cotas”:</b>                           | são as cotas de emissão e representativas do Patrimônio Líquido do Fundo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Regulamento. |
| <b>“Cotas Ofertadas”:</b>                 | tem o significado disposto na <u>Cláusula 6.16</u> , no <u>Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Anexo I.     |
| <b>“Cotistas”:</b>                        | tem o significado disposto na <u>Cláusula 1.2</u> , da Parte Geral, do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Regulamento. |
| <b>“Cotista Classe Única Subclasse A”</b> | significa os titulares das Cotas da Classe Única Subclasse A.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Anexo I.     |

|                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |              |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>“Cotista Classe Subclasse B”</b>       | significa os titulares das Cotas da Classe Única Subclasse B.                                                                                                                                                                                                                                                                     | Anexo I.     |
| <b>“Cotista Classe Única Subclasse C”</b> | significa os titulares das Cotas da Classe Única Subclasse C.                                                                                                                                                                                                                                                                     | Anexo I.     |
| <b>“Cotista Inadimplente”:</b>            | é o descumprimento, total ou parcial, pelo Cotista, da sua obrigação de aportar recursos à Classe Única na forma estabelecida neste Regulamento e no Compromisso de Investimento                                                                                                                                                  | Regulamento. |
| <b>“Cotista Ofertante”:</b>               | tem o significado disposto na <u>Cláusula 6.16, no Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                  | Anexo I.     |
| <b>“Custodiante”:</b>                     | o <b>BANCO DAYCOVAL S.A.</b> , instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº. 1793, inscrita no CNPJ sob o nº 62.232.889/0001-90, devidamente autorizado pela CVM para o exercício da atividade de custódia de valores mobiliários.                                        | Regulamento. |
| <b>“CVM”:</b>                             | significa a Comissão de Valores Mobiliários.                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Regulamento. |
| <b>“Danica Capital Investimentos”:</b>    | a <b>DANICA CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA.</b> , sociedade com sede na Rua Noruega 99, Boa Vista, na cidade de Joinville, no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.446.529/00001-72.                                                                                                                             | Anexo I      |
| <b>“Dia Útil”:</b>                        | qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriado nacional no Brasil ou na sede da Administradora. Caso determinada obrigação prevista neste Regulamento deva ser cumprida em dia que não seja considerado Dia Útil, a data da referida obrigação será postergada para o Dia Útil imediatamente seguinte. | Regulamento. |
| <b>“Encargos do Fundo”:</b>               | tem o significado disposto na <u>Cláusula 4.1, da Parte Geral</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                               | Regulamento. |
| <b>“Encargos da Classe Única”:</b>        | tem o significado disposto na <u>Cláusula 11.1, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                  | Anexo I.     |



|                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |              |
|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>“EUR”:</b>                     | significa a moeda oficial dos países da zona do euro, o euro.                                                                                                                                                                                                                                                                                           |              |
| <b>“Eventos de Liquidação”:</b>   | tem o significado disposto na <u>Cláusula 8.2, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                         | Anexo I.     |
| <b>“Fundo”:</b>                   | tem o significado disposto na <u>Cláusula 1.1, da Parte Geral</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                     | Regulamento. |
| <b>“Gestora”:</b>                 | significa a Administradora.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Regulamento. |
| <b>“Hurdle A”:</b>                | tem o significado disposto na <u>Cláusula 5.5.1, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                       | Anexo I      |
| <b>“Hurdle B”:</b>                | tem o significado disposto na <u>Cláusula 5.5.2, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                       | Anexo I      |
| <b>“Hurdle C”:</b>                | tem o significado disposto na <u>Cláusula 5.5.3, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                       | Anexo I      |
| <b>“Hurdle Rate”:</b>             | significa a Hurdle A, Hurdle B e a Hurdle C, respectiva e/ou conjuntamente.                                                                                                                                                                                                                                                                             | Anexo I      |
| <b>“Instrução CVM 578”</b>        | Significa a Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, a qual esteve em vigor até 01 de outubro de 2023.                                                                                                                                                                                                                                         | Regulamento. |
| <b>“Instrução CVM 579”:</b>       | significa a Instrução da CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada.                                                                                                                                                                                                                                                                        | Regulamento. |
| <b>“Investidor Qualificado”:</b>  | tem o significado disposto na Resolução CVM 30.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Regulamento. |
| <b>“Investidor Profissional”:</b> | tem o significado disposto na Resolução CVM 30.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Regulamento. |
| <b>“IPCA”:</b>                    | significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.                                                                                                                                                                                                                  | Anexo I      |
| <b>“Outros Ativos”:</b>           | são os ativos representados por: <b>(i)</b> títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; <b>(ii)</b> títulos de renda fixa de instituição financeira pública ou privada; <b>(iii)</b> operações compromissadas, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional; e/ou <b>(iv)</b> cotas | Anexo I.     |

|                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |              |
|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                                              | de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, inclusive aqueles administrados ou geridos pela Administradora, Gestora ou empresas a elas ligadas, desde que a carteira desses fundos seja composta por títulos públicos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. |              |
| <b>“Oferta Vinculante”:</b>                  | tem o significado disposto na <u>Cláusula 6.16</u> , no <u>Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                     | Anexo I.     |
| <b>“Parte Indenizável”:</b>                  | tem o significado disposto na <u>Cláusula <b>Error!</b> <b>Reference source not found.</b></u> , da <u>Parte Geral</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                     | Regulamento. |
| <b>“Partes Relacionadas”:</b>                | são, com relação a uma Pessoa: <b>(i)</b> os empregados, diretores, sócios ou representantes legais; <b>(ii)</b> os cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco; e <b>(iii)</b> as sociedades Controladoras, coligadas, subsidiárias ou que exerçam Controle Comum.                                                                                   | Regulamento. |
| <b>“Patrimônio Líquido da Classe Única”:</b> | a soma algébrica disponível da Classe Única com o valor da Carteira da Classe Única, mais os valores a receber, menos as suas exigibilidades.                                                                                                                                                                                                                | Anexo I.     |
| <b>“Patrimônio Líquido do Fundo”:</b>        | a soma algébrica disponível do Fundo com o valor da Carteira da Classe Única, mais os valores a receber, menos as suas exigibilidades.                                                                                                                                                                                                                       | Regulamento. |
| <b>“Patrimônio Líquido Negativo”:</b>        | tem o significado disposto na <u>Cláusula 8.1</u> , do <u>Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                      | Anexo I.     |
| <b>“Período de Desinvestimento”:</b>         | o período que se iniciará no 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação da Classe Única e/ou do Fundo (o que ocorrer primeiro), durante o qual a Gestora não realizará novos investimentos da Classe Única em Ativos Alvo, ressalvado o disposto neste Regulamento, e envidará seus       | Anexo I.     |

|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |              |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                                             | melhores esforços no processo de desinvestimento total da Classe Única, de acordo com estudos, análises, e estratégias de desinvestimento aprovadas pela Gestora que, conforme conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse da Classe Única, propiciem aos Cotistas o melhor retorno possível.                                                                             |              |
| <b>“Período de Investimento”:</b>           | significa o período de investimento da Classe Única, conforme previsto neste Regulamento, equivalente a 1 (um) ano a contar da data da Primeira Integralização, durante o qual as Chamadas de Capital para integralização de Cotas serão realizadas com o objetivo de investimento pela Classe Única em Ativos Alvo e em Outros Ativos ou pagamento de Encargos do Fundo e/ou Encargos. | Anexo I.     |
| <b>“Pessoa”:</b>                            | significa qualquer pessoa física, jurídica ou entidade não personificada, constituída no Brasil ou no exterior, incluindo, mas sem limitação, sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, <i>joint venture</i> , <i>trust</i> , fundos de investimento e universalidade de direitos.                                                           | Regulamento. |
| <b>“Política de Investimento”:</b>          | tem o significado disposto na <u>Cláusula 4.1</u> , do <u>Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Anexo I.     |
| <b>“Potencial Comprador”:</b>               | tem o significado disposto na <u>Cláusula 6.16</u> , no <u>Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Anexo I.     |
| <b>“Prazo de Duração da Classe Única”:</b>  | tem o significado disposto na <u>Cláusula 1.2</u> , do <u>Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Anexo I.     |
| <b>“Prazo de Duração do Fundo”:</b>         | tem o significado disposto na <u>Cláusula 1.2</u> , da <u>Parte Geral</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Regulamento. |
| <b>“Prestadores de Serviço Essenciais”:</b> | significa, em conjunto, a “Administradora” e a “Gestora”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Regulamento. |
| <b>“Primeira Integralização”:</b>           | significa a data da primeira integralização das Cotas da Classe Única objeto da primeira Chamada de Capital.                                                                                                                                                                                                                                                                            | Anexo I.     |

|                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |              |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| “Resolução CVM 30”:        | significa a Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Regulamento. |
| “Resolução CVM 160”:       | significa a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Regulamento. |
| “Resolução CVM 175”:       | significa a Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Regulamento. |
| “Sociedades Alvo”:         | significa a <b>Greentech Locação Intralogística S.A.</b> , sociedade com sede na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, S/N, Aterrado, no município de Monte Mor, estado de São Paulo, assim como suas sociedades investidas e outras empresas do mesmo ramo de atuação, qual seja, prover equipamentos e sistemas de movimentação e armazenagem de materiais, para construção, carga e outros, inclusive empilhadeiras e transpaleteiras. | Anexo I.     |
| “Sociedades Investidas”:   | significa as Sociedades Alvo que recebam investimento da Classe Única, nos termos deste Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Anexo I.     |
| “Taxa de Administração”:   | tem o significado disposto na <u>Cláusula 5.1, Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Anexo I.     |
| “Taxa de Gestão”:          | tem o significado disposto na <u>Cláusula 5.2, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Anexo I.     |
| “Taxa Máxima de Custódia”: | tem o significado disposto na <u>Cláusula 5.7, do Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Anexo I.     |
| “Taxa de Performance”:     | tem o significado disposto na <u>Cláusula 5.5, Anexo I</u> , do Regulamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Anexo I.     |
| “USD”:                     | significa a moeda oficial dos Estados Unidos, o dólar americano.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |              |

\* \* \*

**REGULAMENTO DO**  
**DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES**

**PARTE GERAL**

**1 DO FUNDO**

- 1.1 Forma de Constituição.** O **DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES** é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado e regido pelo presente Regulamento, pela Resolução CVM 175, pelo Código ART ANBIMA, e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis (“**Fundo**”).
- 1.2 Prazo de Duração.** O Fundo foi constituído com prazo indeterminado de duração (“**Prazo de Duração do Fundo**”), contados da primeira integralização de Cotas, sendo observado que, mediante proposta da Gestora, o Prazo de Duração do Fundo poderá ser alterado, prorrogado ou antecipado mediante aprovação por maioria simples dos cotistas do Fundo (“**Cotistas**”) em sede de Assembleia Geral.
- 1.3 Classes de Cotas.** O Fundo será constituído por 1 (uma) classe única de cotas (“**Classe Única**” e “**Cotas**”, respectivamente).

**2 DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO**

- 2.1 Responsabilidade.** Os Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores de serviço do Fundo respondem perante a CVM, nas suas respectivas esferas de atuação, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao Regulamento ou à regulamentação vigente, sem prejuízo do exercício do dever de fiscalizar, nas hipóteses previstas na Resolução CVM 175 e previstas neste Regulamento.
- 2.1.1 Ausência de Solidariedade.** Não haverá solidariedade entre os Prestadores de Serviços Essenciais e/ou prestadores de serviço eventualmente contratados pelos Prestadores de Serviços Essenciais para a prestação de serviços para a Classe Única.
- 2.2 Obrigações da Administradora.** Não obstante o disposto no Anexo I, são obrigações da Administradora, sem prejuízo das obrigações da Gestora:
- (i) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:
    - (a) o registro do Cotista e de transferência de Cotas;
    - (b) o livro de atas das Assembleias Gerais, Assembleias Especiais e de atas de reuniões dos comitês técnicos ou de investimentos;
    - (c) o livro ou lista de presença do Cotista;
    - (d) os relatórios do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis;

- 
- (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
  - (f) a cópia da documentação relativa às operações do Fundo.
  - (ii) solicitar, se for o caso, a admissão à negociação das Cotas em mercado organizado;
  - (iii) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Resolução CVM 175;
  - (iv) elaborar e divulgar, com base em informações fornecidas pela Gestora, informações periódicas, demonstrações contábeis auditadas e informações eventuais da Classe Única;
  - (v) manter atualizada junto à CVM a lista de todos os prestadores de serviços contratados pelo Fundo, inclusive os Prestadores de Serviços Essenciais, bem como as demais informações cadastrais do Fundo e da Classe Única;
  - (vi) manter serviço de atendimento ao Cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, conforme definido neste Regulamento;
  - (vii) monitorar as hipóteses de liquidação antecipada;
  - (viii) observar as disposições deste Regulamento;
  - (ix) cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Assembleia Especial, conforme o caso.
  - (x) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo ou à Classe Única, conforme aplicável;
  - (xi) elaborar, em conjunto com a Gestora, relatório a respeito das operações e resultados do Fundo e da Classe Única, conforme aplicável, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da Resolução CVM 175 e do presente Regulamento;
  - (xii) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
  - (xiii) transferir ao Fundo ou à Classe Única, conforme aplicável, qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administradora;
  - (xiv) manter os Ativos Alvo integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvadas as hipóteses de dispensa de contratação de serviços de custódia previstas na Resolução CVM 175;
  - (xv) elaborar e divulgar as informações previstas no capítulo “Demonstrações Financeiras” deste Regulamento, observadas a metodologia e a periodicidade que vierem a ser estabelecidas por deliberações emitidas pelo Conselho de Regulação

e Melhores Práticas de FIP/FIEE da ANBIMA, devendo, ainda, atualizar o Cotista quanto a quaisquer informações que representem Conflito de Interesse; e

- (xvi) fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo Fundo e/ou pela Classe Única, conforme aplicável.

**2.3 Contratação pela Administração.** Incluem-se entre as obrigações da Administradora contratar, em nome do Fundo e/ou da Classe Única, conforme aplicável, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, os seguintes serviços: **(i)** tesouraria, controle, processamento e custódia dos ativos; **(ii)** escrituração das Cotas; **(iii)** auditoria independente e **(iv)** prestador de serviços para elaboração do laudo de avaliação por valor justo dos Ativos Alvo e/ou Outros Ativos do Fundo.

**2.3.1 Prestador de Serviço não Habilitado.** Caso o prestador de serviço contratado não seja um participante de mercado regulado pela CVM ou o serviço prestado ao Fundo e/ou à Classe Única não se encontre dentro da esfera de atuação da CVM, a Administradora deverá fiscalizar as atividades do terceiro contratado relacionadas ao Fundo.

**2.4 Gestão.** Não obstante o disposto no Anexo I, são obrigações da Gestora:

- (i) informar à Administradora, de imediato, caso corra qualquer alteração em prestador de serviço por ele contratado;
- (ii) providenciar a elaboração do material de divulgação da Classe Única para utilização pelos distribuidores, às suas expensas;
- (iii) diligenciar para manter atualizada e em perfeita ordem, às suas expensas, a documentação relativa às operações da Classe Única;
- (iv) manter a Carteira enquadrada aos limites de composição e concentração e, se for o caso, de exposição ao risco de capital;
- (v) alocar os recursos oriundos de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos da Classe Única nos Ativos Alvo e Outros Ativos, nos termos deste Regulamento e Anexo I;
- (vi) observar as disposições constantes deste Regulamento; e
- (vii) cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Assembleia Especial, conforme o caso.

**2.4.1 Equipe de Gestão.** Para fins do disposto no Artigo 9, §1, inciso XXI do Código ART ANBIMA e observada a Cláusula 4.9, do Anexo I, conforme aplicável, a Gestora deverá assegurar que a equipe-chave ou a descrição do perfil desta equipe, caso tais informações não constem de outro documento do Fundo e/ou da Classe Única, envolvida diretamente nas atividades de gestão do Fundo e da Classe Única.

**2.5 Contratação da Gestora.** Inclui-se as obrigações da Gestora contratar, em nome do Fundo e/ou da Classe Única, conforme aplicável, com terceiros devidamente habilitados e



autorizados, os seguintes serviços: **(i)** intermediação de operações para a Carteira; **(ii)** distribuição de Cotas; **(iii)** consultoria de investimentos; **(iv)** classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito; e **(v)** gestão da Carteira.

**2.5.1 Contratação de Outros Serviços.** A Gestora poderá contratar outros serviços não especificados na Parte Geral do Regulamento, em benefício da Classe Única, observado que:

- (i) a contratação não ocorre em nome do Fundo, salvo previsão no Regulamento ou aprovação em Assembleia Geral; e
- (ii) caso o prestador de serviço contratado não seja um participante de mercado regulado pela CVM ou o serviço prestado ao Fundo não se encontre dentro da esfera de atuação da CVM, a Gestora deverá fiscalizar as atividades do terceiro contratado relacionadas ao Fundo.

**2.6 Custódia e Auditoria.** Os serviços de custódia, escrituração de Cotas, tesouraria e liquidação do Fundo serão prestados pelo Custodiante, e os serviços de auditoria independente serão prestados pelo Auditor Independente, os quais se encontram legalmente habilitados pela CVM para exercer tais serviços.

**2.7 Formador de Mercado.** O Fundo não contará com agente formador de mercado.

**2.8 Vedações.** É vedada à Administradora e à Gestora, direta ou indiretamente, a prática dos seguintes atos em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo na forma permitida pela regulamentação vigente, se for o caso;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto mediante aprovação dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral e/ou da Assembleia Especial, conforme o caso;
- (iv) vender Cotas à prestação, salvo no caso de celebração pelo Cotista de Compromisso de Investimento;
- (v) prometer rendimento predeterminado ao Cotista;
- (vi) utilizar recursos do Fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras do Cotista; e
- (vii) praticar qualquer ato de liberalidade, exceto pelas doações que o Fundo estiver autorizado a fazer nos termos do Regulamento, conforme previsto no § 2º do Artigo 118 da Resolução CVM 175.

**2.9 Garantias.** Caso existam garantias prestadas pelo Fundo e/ou pela Classe Única, a Administradora deverá zelar pela ampla disseminação das informações sobre todas as garantias existentes, por meio, no mínimo, de divulgação de fato relevante e permanente



disponibilização, com destaque, das informações na página da Administradora na rede mundial de computadores.

**2.10 Substituição da Administradora ou Gestora.** A Administradora e a Gestora devem ser substituídas nas hipóteses de: **(i)** descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, por decisão da CVM; **(ii)** renúncia; ou **(iii)** destituição, por deliberação da Assembleia Geral.

**2.10.1 Prazo para Deliberação de Substituição.** A Assembleia Geral deve deliberar sobre a substituição da Administradora ou da Gestora em até 15 (quinze) dias da sua renúncia ou descredenciamento e deve ser convocada imediatamente pela Administradora, sendo facultada a convocação da Assembleia Geral a Cotistas que detenham Cotas representativas de ao menos 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

**2.10.2 Prazo para Substituição.** No caso de renúncia da Administradora ou da Gestora, a renunciante deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de liquidação do Fundo pela Administradora.

**2.10.3 Prazo para Renúncia.** A Administradora e a Gestora poderão renunciar às suas funções, mediante aviso prévio por escrito de 24 (vinte e quatro) meses, endereçado ao Cotista e à CVM, exceto se qualquer dos Cotistas estiver envolvido em atividades ilegais, investigação por corrupção ou lavagem de dinheiro ou quaisquer crimes relacionados, ou se houver determinação do departamento de compliance da Administradora ou da Gestora por entender necessário para dirimir riscos, hipóteses em que a renúncia poderá ser apresentada com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

**2.10.4 Nomeação de Administrador/Gestor Temporário.** No caso de descredenciamento, a Superintendência competente da CVM poderá nomear administrador ou gestor temporário até a eleição de um novo administrador ou gestor, conforme o caso, inclusive para viabilizar a convocação da Assembleia Geral.

### 3 ASSEMBLEIA GERAL

**3.1 Competência e Deliberação.** Sem prejuízo das matérias estabelecidas na regulamentação própria e de outras matérias previstas em outros artigos deste Regulamento, observado o disposto no Acordo de Cotistas, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias dispostas abaixo com o seguinte quórum para deliberação:

| Deliberação |                                                                                                                 | Quórum                                  |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| (i)         | as demonstrações contábeis do Fundo, nos termos do Artigo 71 da Resolução CVM 175, observado o item 3.2 abaixo; | Maioria simples dos Cotistas presentes. |

|        |                                                                                                                                                                 |                                         |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| (ii)   | a destituição e/ou substituição de Prestador de Serviço Essencial;                                                                                              | 75% das Cotas subscritas do Fundo.      |
| (iii)  | a elevação da Taxa de Administração;                                                                                                                            | 75% das Cotas subscritas do Fundo.      |
| (iv)   | a alteração do quórum de instalação e/ou de deliberação da Assembleia Geral;                                                                                    | 75% das Cotas subscritas do Fundo.      |
| (v)    | a instalação, composição, organização e funcionamento de eventuais comitês e conselhos do Fundo;                                                                | 75% das Cotas subscritas do Fundo.      |
| (vi)   | a incorporação, fusão, cisão, total ou parcial, a transformação ou liquidação do Fundo;                                                                         | 75% das Cotas subscritas do Fundo.      |
| (vii)  | alteração do Regulamento no tocante a matéria que seja comum a todas as classes de Cotas, ressalvado o Artigo 52 da Resolução CVM 175;                          | 75% das Cotas subscritas do Fundo.      |
| (viii) | o requerimento de informações por parte dos Cotistas, observado o disposto no §1º, do art. 26, do Anexo Normativo IV, da Resolução CVM 175; e                   | Maioria simples dos Cotistas presentes. |
| (ix)   | o pagamento, pelo Fundo, de Encargos não previstos no Artigo 117 da parte geral da Resolução CVM 175 e no Artigo 28 do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175. | 75% das Cotas subscritas do Fundo.      |

**3.2 Aprovação automática das demonstrações financeiras.** As demonstrações contábeis cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia Geral não seja instalada em virtude de não comparecimento dos cotistas.

**3.3 Alteração do Regulamento sem Assembleia.** Este Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral ou consulta aos Cotistas, sempre que tal alteração: **(i)** decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a normas legais ou regulamentares, exigências expressas da CVM, de entidade administradora de mercados organizados em que as Cotas sejam admitidas à negociação ou de entidade autorreguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM; **(ii)** for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais de prestadores de serviços da Classe Única, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; e/ou **(iii)** envolver redução de taxa devida aos prestadores de serviço do Fundo.

**3.3.1 Prazo para Comunicação.** As alterações referidas nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 3.3 acima deverão ser comunicadas aos Cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias,

contado da data em que tiverem sido implementadas. A alteração do “(iii)” da Cláusula 3.3 acima deverá ser comunicada imediatamente aos Cotistas.

**3.4 Convocação Assembleia.** A Assembleia Geral pode ser convocada pela Administradora, por iniciativa própria ou mediante a solicitação de grupo de Cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas do Fundo para deliberar sobre a ordem do dia de interesse do Fundo.

**3.4.1 Prazo para Convocação.** A convocação da Assembleia Geral por solicitação de Cotistas de que trata o *caput* ou da Gestora, deve ser dirigida à Administradora, que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da solicitação deverá realizar a convocação da Assembleia Geral.

**3.4.2 Disponibilização de Informações.** A Administradora deve disponibilizar aos Cotistas todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, na data de convocação da Assembleia Geral.

**3.4.3 Meios e Prazo de Convocação.** A convocação da Assembleia Geral far-se-á com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para a sua realização, por meio de correspondência encaminhada aos Cotistas, admitida a utilização de correio eletrônico, ficando para tal os Cotistas responsáveis pela atualização de seus dados e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral, todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, bem como a respectiva ordem do dia a ser deliberada, sendo que, caso não disponha em contrário a convocação, a Assembleia Geral ocorrerá na sede da Administradora.

**3.4.4 Dispensa de Convocação.** Independentemente de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

**3.5 Instalação Assembleia.** A Assembleia Geral se instalará exclusivamente com a presença de qualquer número de Cotistas.

**3.6 Voto Assembleia.** Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Cota emitida será atribuído o direito a um voto, sendo certo que somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas inscritos no “Registro de Cotistas” na data da convocação da Assembleia Geral, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

**3.6.1 Meios de realização da Assembleia Geral.** A Assembleia Geral poderá ser realizada: (i) de modo exclusivamente eletrônico, caso os Cotistas somente possam participar e votar por meio de comunicação escrita ou sistema eletrônico; ou (ii) de modo parcialmente eletrônico, caso os Cotistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto a distância por meio de comunicação escrita ou sistema eletrônico.

**3.6.2 Sede da Administradora.** A Assembleia Geral realizada exclusivamente de modo eletrônico é considerada como ocorrida na sede da Administradora.

**3.6.3 Consulta Formal.** As deliberações da Assembleia Geral poderão ser tomadas mediante processo de consulta formal, formalizada por escrito, dirigida pela Administradora aos Cotistas, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

**3.6.4 Resposta à Consulta Formal.** A resposta dos Cotistas à consulta formal referida acima deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis e a ausência de resposta neste prazo será considerada como desaprovação pelos Cotistas à consulta formulada.

**3.6.5 Conflito de Interesses.** Nas matérias em que haja Conflito de Interesses, a parte conflitada não poderá votar e deve ser retirada da base de cálculo para o quórum.

**3.7 Cotista Inadimplente.** O Cotista Inadimplente na data da convocação da Assembleia Geral não tem direito a voto sobre a totalidade de cotas por ele detidas, subscritas ou integralizadas.

**3.8 Conferência Telefônica.** Será admitida a realização de Assembleias Gerais por meio de conferências telefônicas ou vídeo conferências, não excluídas a obrigatoriedade de elaboração e assinatura de ata da reunião, com descrição da ordem do dia e dos assuntos deliberados.

#### **4 ENCARGOS E RATEIO DE DESPESAS E CONTINGÊNCIAS DO FUNDO**

**4.1 Encargos do Fundo.** Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente do Fundo, assim como de sua Classe Única, sem prejuízo de outras despesas previstas na Resolução CVM 175 ou em regulamentação específica (“Encargos do Fundo”):

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com o registro de documentos em cartórios, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Resolução CVM 175, neste Regulamento e nas demais regulamentações pertinentes;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) honorários e despesas do Auditor Independente;
- (v) emolumentos e comissões pagas por operações da Carteira;
- (vi) despesas com a manutenção de ativos cuja propriedade decorra de execução de garantia ou de acordo com devedor;

- 
- (vii) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada, se for o caso;
  - (viii) gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos da Carteira, assim como a parcela de prejuízos da Carteira não coberta por apólices de seguro, salvo se decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços no exercício de suas respectivas funções;
  - (ix) despesas relacionadas ao exercício de direito de voto decorrente de ativos da Carteira;
  - (x) despesas com a realização de Assembleia Geral, no valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por exercício social do Fundo;
  - (xi) despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação das classes do Fundo, no valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por exercício social do Fundo;
  - (xii) despesas com liquidação, registro e custódia de operações com ativos da Carteira;
  - (xiii) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às operações da Carteira;
  - (xiv) despesas inerentes à: (a) distribuição primária de Cotas, (b) admissão das Cotas à negociação em mercado organizado, e (c) manutenção das Cotas no mercado organizado;
  - (xv) royalties devidos pelo licenciamento de índices de referência, desde que cobrados de acordo com contrato estabelecido entre a Administradora e a instituição que detém os direitos sobre o índice;
  - (xvi) a Taxa de Administração e a Taxa de Gestão;
  - (xvii) montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na Taxa de Administração, Taxa de Performance ou Taxa de Gestão, observado o Artigo 99 da Resolução CVM 175; e taxa máxima de distribuição, caso aplicável;
  - (xviii) despesas decorrentes de empréstimos contraídos em nome da Classe Única, desde que de acordo com as hipóteses previstas na Resolução CVM 175.

**4.2 Encargos Não Previstos.** Observado os Encargos da Classe Única, quaisquer despesas não previstas como Encargos do Fundo, inclusive aquelas de que trata o Artigo 96, § 4º, da Resolução CVM 175 correm por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado, sem prejuízo do disposto no § 5º do mesmo artigo.

**4.3 Reembolso Estruturação.** As despesas indicadas neste Capítulo incorridas pela Administradora anteriormente à constituição ou ao registro do Fundo perante a CVM, incluindo, mas não se limitando, às despesas decorrentes do registro da primeira oferta

pública de Cotas, serão passíveis de reembolso pelo Fundo, e serão passíveis de nota explicativa e de auditoria no momento em que forem elaboradas as demonstrações financeiras do primeiro exercício fiscal do Fundo. O prazo máximo para o reembolso de tais despesas será de 12 (doze) meses a contar da Primeira Integralização.

- 4.4 Pagamento Pro Rata.** Os Encargos do Fundo serão suportados pelo Fundo, de modo que as classes do Fundo, caso houver, deverão arcar de maneira pro rata os Encargos do Fundo. Na hipótese de alguma(s) classe(s) do Fundo adiantar(em) e/ou cobrir(em) determinados montantes ao Fundo em relação aos Encargos do Fundo, estes adiantamentos serão considerados créditos contra o Fundo, os quais deverão ser reembolsados pelo Fundo à(s) classe(s) credoras do Fundo em um prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do referido adiantamento.

## **5 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ATENDIMENTO AO COTISTA**

- 5.1 Informações a serem Comunicadas.** A Administradora deverá enviar aos Cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos, as seguintes informações:

- (i) quadrimestralmente, em até 15 (quinze) dias após o encerramento do quadrimestre civil a que se referirem, as informações referidas no Suplemento L do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175;
- (ii) semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da Carteira, discriminando a quantidade e a espécie dos Ativos Alvo e Outros Ativos que a integram;
- (iii) anualmente, em até 150 (cento e cinquenta dias) dias após o encerramento do exercício social do Fundo, as demonstrações contábeis do Fundo e da Classe Única, acompanhadas dos pareceres de auditoria independente

- 5.2 Relatórios e Informações:** A Administradora deve disponibilizar aos Cotistas e à CVM os seguintes documentos, relativos a informações eventuais sobre o Fundo:

- (i) em até 8 (oito) dias após a sua ocorrência, a ata da Assembleia Geral e/ou Assembleia Especial, conforme o caso; e
- (ii) prospecto, material publicitário, conforme o caso, e anúncios de início e de encerramento de oferta pública de distribuição de Cotas, nos prazos estabelecidos em regulamentação específica.

- 5.3 Ato ou Fato Relevante.** A Administradora é obrigada a divulgar ampla e imediatamente aos Cotistas na forma prevista no presente Regulamento e por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, e para a entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou aos ativos integrantes de sua Carteira, através de qualquer meio de comunicação cuja comprovação de recebimento



pelo Cotista seja possível, bem como a manter disponível em sua sede e nas instituições responsáveis pela colocação de Cotas, sem exclusão de qualquer outro meio adicional. Adicionalmente, é responsabilidade dos demais prestadores de serviços do Fundo informar imediatamente à Administradora sobre os fatos relevantes de que venham a ter conhecimento.

**5.3.1 Exemplos de Atos/Fatos Relevantes.** Considera-se relevante qualquer fato que possa influir de modo ponderável:

- (i) na cotação das Cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados;
- (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter as Cotas; e
- (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular das Cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados.

**5.3.2 Retenção de Fato/Ato Relevante.** Os fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se a Gestora e a Administradora, em conjunto, entenderem que sua revelação colocará em risco interesse legítimo do Fundo, da Classe Única, dos Cotistas ou da Sociedade Alvo.

**5.3.3 Divulgação de Ato/Fato Relevante.** A Administradora fica obrigada a divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada das Cotas.

**5.3.4 Divulgação.** A publicação de informações referidas neste Capítulo deve ser feita na página da Administradora na rede mundial de computadores e mantida disponível aos Cotistas em sua sede, bem como deve ser simultaneamente enviada ao mercado organizado em que as Cotas sejam admitidas à negociação, se for o caso, e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores. **Procedimento ANBIMA.** Sem prejuízo do dever de divulgar aos Cotistas as informações na forma determinada pela CVM, a Administradora deverá atentar para os procedimentos de divulgação de informação emanados pelo Código ART ANBIMA.

## **6 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**6.1 Exercício Social.** O exercício social do Fundo se encerra no último dia do mês de janeiro de cada ano.

**6.2 Resolução de Conflitos.** Observado o previsto deste Regulamento, todo e qualquer litígio originário ou relacionado ao presente Regulamento e esta cláusula, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CAM-CCBC”), de acordo com o Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC.



- 6.2.1** O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, devendo ser nomeados conforme disposto no Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC.
- 6.2.2** A arbitragem será na língua inglesa, terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e será julgada de acordo com a lei brasileira, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.
- 6.2.3** Sem prejuízo do acima, fica desde já certo e ajustado que qualquer litígio originário ou relacionado ao Capítulo 5 do Anexo I deste Regulamento deverá ser dirimido nos termos do item 6.4 abaixo, para os quais fica afastada a resolução de conflitos por arbitragem.
- 6.2.4** As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos deste item serão incorridas pela parte derrotada na disputa.
- 6.2.5** Os Cotistas reconhecem que qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, válida como título executivo judicial para as partes e seus sucessores, que se comprometem a cumprir tal decisão arbitral, independentemente da execução judicial.
- 6.3 Foro.** Para **(i)** dirimir as controvérsias originárias ou relacionadas à Taxa de Administração, **(ii)** as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, **(iii)** a ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96, **(iv)** a ação para a instituição da arbitragem fundada no art. 7º da Lei nº 9.307/96, **(v)** os conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos à arbitragem; e **(vi)** executar qualquer decisão de arbitragem, incluindo a sentença arbitral final, fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.
- 6.4 Regência.** Este Regulamento será regido, interpretado e executado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

.....



## ANEXO I

### CLASSE ÚNICA DO DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES

#### 1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 1.1 Tipo de Condomínio.** A Classe Única foi constituída sob a forma de um condomínio fechado.
- 1.2 Prazo de Duração.** Observado o Prazo de Duração do Fundo, a Classe Única foi constituída com prazo determinado de 10 (dez) anos contados da Primeira Integralização (“**Prazo de Duração da Classe Única**”), sendo observado que o Prazo de Duração da Classe Única poderá ser prorrogado por mais 2 (dois) anos, mediante proposta da Gestora e aprovação pela Assembleia Especial.
- 1.3 Público-alvo.** As Cotas da Classe Única são destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que, no âmbito da 1ª Emissão, o público-alvo será exclusivamente composto por Investidores Profissionais.
- 1.3.1** O investimento no Fundo é inadequado àqueles investidores que não sejam Investidores Profissionais ou que busquem retorno de seus investimentos no curto prazo

#### 2 REGIME DE RESPONSABILIDADE

- 2.1 Responsabilidade Limitada dos Cotistas.** A responsabilidade do Cotista está limitada ao valor por ele subscrito, sem qualquer relação de solidariedade entre Cotistas.
- 2.2 Patrimônio Líquido Negativo.** Na hipótese de a Administradora verificar que a Classe Única está com o Patrimônio Líquido Negativo, nos termos da Cláusula 8.1 abaixo, ou tenha ciência de pedido de declaração judicial de insolvência da Classe Única ou da declaração judicial de insolvência da Classe Única, a Administradora deverá adotar as medidas aplicáveis previstas na Resolução CVM 175.

#### 3 DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

- 3.1 Administração.** Em acréscimo às obrigações e aos direitos e deveres estabelecidos na Parte Geral do Regulamento, competirá à Administradora:
- (i) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos à Classe Única;
  - (ii) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades da Classe Única;

- 
- (iii) transferir ao Fundo e/ou à Classe Única qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administradora;
  - (iv) manter os Ativos Alvo integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvadas as hipóteses de dispensa de contratação de serviços de custódia previstas no Artigo 25 do Anexo Normativo IV, da Resolução CVM 175;
  - (v) elaborar e divulgar as informações previstas no capítulo “Demonstrações Financeiras, Relatório de Auditoria e Exercício Social” deste Anexo, observadas a metodologia e a periodicidade que vierem a ser estabelecidas por deliberações emitidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas de FIP/FIEE da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, devendo, ainda, atualizar o Cotista quanto a quaisquer informações que representem Conflito de Interesse;
  - (vi) realizar ou assegurar que sejam realizadas as seguintes atividades: (a) liquidação financeira dos investimentos e desinvestimentos da Classe Única; (b) acompanhamento do enquadramento dos ativos integrantes da Carteira aos limites estabelecidos na Cláusula 4.10 deste Anexo I, observados os limites de suas responsabilidades;
  - (vii) supervisionar diligentemente a atuação da Gestora no que se refere à gestão de liquidez e do caixa da Classe Única, de modo a assegurar o pagamento tempestivo de todas as obrigações e Encargos e Encargos do Fundo, conforme aplicável;
  - (viii) publicar, com base nas informações fornecidas pela Gestora, Comitê de Investimentos e/ou terceiros independentes, conforme o caso, fato relevante relacionado à Classe Única, observado a Cláusula 5.3 do Regulamento;
  - (ix) efetuar classificação contábil da Classe Única entre “entidade de investimento” ou “não entidade de investimento”, nos termos da regulação aplicável, podendo para tanto, conforme o caso, utilizar-se de informações fornecidas pela Gestora, Comitê de Investimentos e/ou terceiros independentes;
  - (x) dar conhecimento ao Cotista, de forma imediata, com relação à eventual mudança da classificação do Classe Única como “Entidade de Investimento” ou “Não Entidade de Investimento”.

**3.2 Gestão.** Em acréscimo às obrigações e aos direitos e deveres estabelecidos na Parte Geral do Regulamento, a Carteira da Classe Única será gerida pela Gestora, observadas as decisões da Assembleia Especial e as recomendações do Conselho de Administração. Respeitados os limites estabelecidos na regulamentação aplicável e neste Regulamento, a Gestora terá os poderes necessários para exercer todos os direitos inerentes à gestão dos Ativos Alvo e dos Outros Ativos, inclusive:



- (i) fornecer aos Cotistas as atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (ii) firmar os acordos de acionistas/sócios das Sociedades Investidas;
- (iii) manter a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Sociedade Investida, nos termos do disposto no Artigo 5, Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, e assegurar as práticas de governança referidas no Artigo 8, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175;
- (iv) diligenciar para que sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, às suas expensas, os livros de atas de reuniões dos conselhos consultivos, comitês técnicos e de investimentos;
- (v) negociar e contratar, em nome da Classe Única, os Ativos Alvo e os Outros Ativos, bem como os intermediários para realizar operações da Classe Única, representando a Classe Única, para todos os fins de direito, para essa finalidade;
- (vi) negociar e contratar, em nome da Classe Única, terceiros para a prestação de serviços de assessoria e consultoria relacionados diretamente ao investimento ou o desinvestimento nos Ativos Alvo e nos Outros Ativos, conforme estabelecido na Política de Investimentos da Classe Única;
- (vii) monitorar os ativos integrantes da Carteira da Classe Única e exercer o direito de voto decorrente dos Ativos Alvo, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício;
- (viii) cumprir as deliberações do Conselho de Administração no tocante às atividades de gestão que estejam em consonância com o Regulamento e a regulamentação aplicável;
- (ix) elaborar, em conjunto com a Administradora, relatório a respeito das operações e resultados da Classe Única, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175 e do presente Anexo;
- (x) fornecer aos Cotistas estudos e análises de investimento para fundamentar as decisões a serem tomadas em Assembleia Geral e/ou Assembleia Especial, conforme o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (xi) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo e/ou da Classe Única;
- (xii) transferir ao Fundo e/ou à Classe Única qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestora;

- 
- (xiii) firmar, em nome da Classe Única, quaisquer documentos relacionados aos investimentos e desinvestimentos da Classe Única e/ou às Sociedades Investidas, conforme aplicável, sempre em observância ao Regulamento, ao Anexo, à Resolução CVM 175 e ao Código ART ANBIMA;
  - (xiv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento e deste Anexo aplicáveis às atividades de gestão da Carteira;
  - (xv) negociar e contratar, em nome da Classe Única, bem como coordenar, os serviços de assessoria e consultoria correlatos aos investimentos ou desinvestimentos da Classe Única com relação aos Ativos Alvo;
  - (xvi) cumprir as deliberações da Assembleia Geral e/ou da Assembleia Especial, conforme aplicável, no tocante às atividades de gestão; e
  - (xvii) fornecer à Administradora todas as informações e documentos necessários para que esta possa cumprir suas obrigações, incluindo, dentre outros:
    - (a) as informações necessárias para que a Administradora determine se a Classe Única permanece enquadrada como “entidade de investimento”, nos termos da regulamentação contábil específica;
    - (b) as demonstrações contábeis auditadas da Sociedade Alvo, conforme previsto do Capítulo 13 deste Anexo, conforme aplicável; e
    - (c) o laudo de avaliação do valor justo da Sociedade Alvo, quando aplicável nos termos da regulamentação contábil específica, bem como todos os documentos necessários para que a Administradora possa validá-lo e formar suas conclusões acerca das premissas utilizadas pela Gestora para o cálculo do valor justo.

**3.2.2 Apreciação pela Assembleia.** Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (i) e (x) do item acima, a Gestora, em conjunto com a Administradora, poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral e/ou da Assembleia Especial, conforme o caso, tendo em conta os interesses do Fundo e/ou da Classe Única, conforme o caso, e dos demais Cotistas, e eventuais Conflitos de Interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Sociedades Investidas, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

**3.2.3 Poderes de Gestão.** A Gestora, respeitados os limites estabelecidos na regulamentação aplicável e no Regulamento e neste Anexo, detém todos os poderes necessários para realizar todos os atos relacionados à gestão dos Ativos Alvo e/ou Outros Ativos, bem como, exercer todos os direitos inerentes aos Ativos Alvo e/ou Outros Ativos, inclusive o de representar a Classe Única em juízo e fora dele, comparecer e votar em assembleias gerais de Sociedades Alvo, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer

espécie, exercer direito de ação, negociar estatutos sociais das Sociedades Alvo e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de valores mobiliários, acordos de acionistas das Sociedades Alvo, acordos de investimento, instrumentos de garantia e/ou contratos de empréstimo, conforme o caso, observadas as limitações do Regulamento, deste Anexo e da regulamentação em vigor.

**3.2.4 Comunicação à Administradora.** A Gestora deverá dar ciência à Administradora sobre a realização de qualquer investimento ou desinvestimento em Ativos Alvo, com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, contados da data da operação pretendida. Ainda, deverá dar ciência à Administradora das deliberações tomadas em assembleia geral e reunião do conselho de administração da Sociedade Alvo, no Dia Útil subsequente à realização de referidos atos.

**3.3 Envio de Documentos à Administradora.** A Gestora deverá encaminhar à Administradora, nos 2 (dois) Dias Úteis anteriores à sua assinatura, minuta de qualquer documento que seja firmado em nome da Classe Única e, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua assinatura, uma cópia de cada documento firmado em nome da Classe Única, conforme o caso, sem prejuízo do envio, na forma e horários previamente estabelecidos pela Administradora, de informações adicionais que permitam a esta última o correto cumprimento de suas obrigações legais e regulamentares para com a Classe Única..

## **4 OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

**4.1 Objetivo.** O objetivo preponderante da Classe Única é proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas no longo prazo e o retorno financeiro aos Cotistas, por meio da aquisição de Ativos Alvo de emissão de Sociedades Alvo, conforme o caso.

**4.2 Política de Investimento.** A Classe Única buscará atingir seu objetivo por meio da aquisição de Ativos Alvo, durante o Período de Investimento, sendo observado que, caso aplicável, a Classe Única deverá participar do processo decisório de cada uma das Sociedades Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégia e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: **(i)** titularidade de Ativos Alvo que integrem os respectivos blocos de Controle das Sociedades Investidas; **(ii)** celebração de acordos de acionistas ou de sócios das Sociedades Investidas, conforme o caso; e **(iii)** pela celebração de qualquer contrato, acordo, negócio jurídico ou a adoção de outro procedimento que assegure à Classe Única efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Sociedades Investidas, inclusive por meio da indicação de membros do conselho de administração ("**Política de Investimento**").

**4.2.1** Observado o disposto acima, fica desde já certo que o exercício do Controle nas Sociedades Investidas não é condição necessária para a participação da Classe Única no capital social das Sociedades Alvo.

**4.3 Dispensa de Participação no Processo Decisório.** Fica dispensada a participação da Classe Única no processo decisório da Sociedade Investida quando: **(i)** o investimento da Classe

Única na Sociedade Investida for reduzido a menos da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da Sociedade Investida; e (ii) o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a zero e haja deliberação dos Cotistas reunidos em Assembleia Especial e aprovação pela maioria das Cotas subscritas presentes.

**4.4 Companhias Listadas.** O requisito de efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Sociedades Investidas de que trata este capítulo, não se aplica ao investimento em Sociedades Investidas listadas em segmento especial de negociação de valores mobiliários, instituído por bolsa de valores ou por entidade do mercado de balcão organizado, voltado ao mercado de acesso, que assegure, por meio de vínculo contratual, padrões de governança corporativa mais estritos que os exigidos por lei, desde que corresponda a até 35% (trinta e cinco por cento) do capital subscrito da Classe Única, sendo certo que: (i) o limite de que trata este item será de 100% (cem por cento) durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido em até 6 (seis) meses contados de cada um dos eventos de integralização de Cotas previstos no Compromisso de Investimento; e (ii) caso a Classe Única ultrapasse o limite estabelecido neste item por motivos alheios à vontade da Gestora, no encerramento do respectivo mês, e tal desenquadramento perdure quando do encerramento do mês seguinte, a Administradora deverá: (a) comunicar à CVM imediatamente a ocorrência de desenquadramento passivo, com as devidas justificativas, bem como previsão para reenquadramento; e (b) comunicar à CVM o reenquadramento da Carteira, no momento em que ocorrer.

**4.5 Práticas de Governança.** Observada as dispensas previstas deste Anexo e na Resolução CVM 175, as Sociedades Alvo que forem sociedades fechadas somente poderão receber investimentos da Classe Única se atenderem, cumulativamente, as seguintes práticas de governança:

- (i) seu estatuto social contenha disposição que proíba a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização do investimento pela Classe Única, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Sociedade Alvo em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração, se houver, deverão ter mandato unificado de até 2 (dois) anos;
- (iii) disponibilizar informações para os acionistas/sócios sobre contratos com Partes Relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão, se houver;
- (iv) aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, obrigar-se, perante a Classe Única, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no

mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa de que tratam os incisos anteriores; e

- (vi) ter suas demonstrações contábeis auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

**4.6 Conselho de Administração.** As Sociedades Investidas serão administradas por um conselho de administração que, observadas as limitações legais e regulamentares aplicáveis, o disposto neste Regulamento e ao acordo de cotistas celebrado entre os Cotistas da Classe Única ("**Acordo de Cotistas**"), tem poderes para praticar todos os atos necessários ao funcionamento e à manutenção das Sociedades Investidas, sendo responsável pela sua constituição e pela prestação de informações quando solicitadas ("**Conselho de Administração**").

**4.6.1** Os membros do Conselho de Administração serão indicados conforme Acordo de Cotistas.

**4.6.2** Observado os termos do Acordo de Cotistas, o Conselho de Administração terá mandato unificado de 2 (dois) anos e as seguintes competências em relação às Sociedades Investidas, observado o quórum de deliberação descrito no Acordo de Cotistas:

- (i) declaração de dividendos e/ou alteração na política de dividendos;
- (ii) substituição, nomeação e reeleição do Conselho de Administração;
- (iii) empregar pessoas que são partes relacionadas aos acionistas;
- (iv) qualquer investimento, fusão ou aquisição em outra empresa ou entidade legal;
- (v) mudança do capital social;
- (vi) mudança do ato societário constitutivo (*i.e.*: contrato ou estatuto social);
- (vii) alterações do regulamento interno dos conselhos de administração;
- (viii) liquidação ou dissolução;
- (ix) qualquer transação com (a) partes relacionadas, (b) diretor, gerente ou funcionário, (c) diretor, gerente ou funcionário de um acionista, (d) subsidiária, (e) acionista ou (vi) quaisquer partes relacionadas aos Cotistas (cada transação individual deve ser aprovada separadamente);
- (x) aprovação do orçamento anual e das contas anuais;
- (xi) compra, venda, arrendamento, hipoteca, penhor ou outra alienação de qualquer propriedade real ou de qualquer outro ativo relevante, exceto no curso normal dos negócios, a menos que previamente aprovado no orçamento anual aprovado;

- (xii) extensão das atividades no Viaduto. Qualquer investimento ou compra além do limite de compra e não previsto no orçamento anual aprovado é considerado uma extensão das atividades;
- (xiii) constituição de subsidiárias (empresas registradas) ou aquisição ou fusão com qualquer outra empresa;
- (xiv) nomeação, destituição e definição da remuneração do Chief Executive Officer e/ou do “Gerente Geral”, conforme descrito no Acordo de Cotistas;
- (xv) empréstimo ou empréstimo de dinheiro ou emissão de qualquer garantia, exceto no curso normal dos negócios, ou se previsto no orçamento anual aprovado;
- (xvi) aprovação de transações, incluindo concessão de créditos, financiamento e pré-pagamentos inconsistentes com os princípios comerciais normais e aceitáveis, no curso normal de negócios, exceto se previsto do orçamento anual aprovado;
- (xvii) alterações em quaisquer acordos estratégicos relevantes; e
- (xviii) aprovação ou alteração da procuração bancária.

**4.7 Apuração da Receita.** A receita bruta anual referida acima deve ser apurada com base nas demonstrações contábeis consolidadas do emissor.

**4.8 Empresas Emergentes.** A Classe Única é classificada, nos termos do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, como “Empresas Emergentes”, de modo que as Sociedades Investidas da Classe Única **(i)** devem ter receita bruta anual de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) apurada no exercício social encerrado em ano anterior ao primeiro aporte da Classe Única, sem que tenha apresentado receita superior a esse limite nos últimos 3 (três) exercícios sociais; e **(ii)** estão dispensadas de seguir as práticas de governança previstas nos incisos (i), (ii) e (iv) da Cláusula 4.5.

**4.8.1 Ultrapasse da Receita.** Nos casos em que, após o investimento pela Classe Única, a receita bruta anual da Sociedade Investida exceda o limite referido acima, a Sociedade Investida deve atender às práticas de governança de que trata o Artigo 8º do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, conforme disposto na Cláusula 4.5 acima, em até 2 (dois anos) contados a partir da data de encerramento do exercício social em que apresente receita bruta anual superior ao referido limite.

**4.8.2 Apuração da Receita.** A receita bruta anual referida acima deve ser apurada com base nas demonstrações contábeis consolidadas do emissor.

**4.8.3 Controle das Sociedades.** As Sociedades Investidas não podem ser controladas, direta ou indiretamente, por sociedade ou grupo de sociedades, de fato ou de direito, que apresente ativo total superior a R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 400.000.000,00



(quatrocentos milhões de reais), no encerramento do exercício social imediatamente anterior ao primeiro aporte da Classe Única.

**4.8.4 Não Aplicabilidade.** O disposto acima não se aplica quando a Sociedade Investida for controlada por outra classe de cotas de FIP, desde que as demonstrações contábeis desse por outra classe de cotas de FIP não sejam consolidadas nas demonstrações contábeis de qualquer de seus cotistas, hipótese em que a Sociedade Investida se sujeitará às regras previstas da Cláusula anterior.

**4.9 Danica.** As Sociedades Investidas deverão contratar a Danica Capital Investimentos para prestar serviço de assessoria estratégica, consultoria de negócios, criação de valor estratégico e operacional e indicar membros do Conselho de Administração, assim como cargos para a diretoria das Sociedades Investidas, conforme previsto no Acordo de Cotista e em instrumento celebrado entre Danica e as Sociedades Investidas.

**4.9.1** A título de remuneração por todos os serviços prestados, poderá ser devida pelas Sociedades Investidas à Danica uma remuneração a ser definida entre as partes, observado o quanto previsto do Acordo de Cotistas, inclusive as disposições que tratam do “offset of fees”, conforme previsto do Acordo de Cotistas. Fica desde já certo que eventual remuneração entre Danica e Sociedades Investidas não será devida pela Classe Única ou por qualquer de seus prestadores de serviço.

**4.9.2** A Danica deverá assegurar que Steffen Barke Nevermann faça parte da equipe-chave da Danica envolvida diretamente nas atividades de consultoria da Classe Única, conforme previsto do Acordo de Cotistas.

### **Enquadramento**

**4.10 Enquadramento da Carteira.** A Classe Única investirá seus recursos de acordo com a Política de Investimentos, sendo que, **(i)** no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Classe Única deverá estar aplicado exclusivamente nos Ativos Alvos de emissão das Sociedades Alvo; e **(ii)** no máximo, 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Classe Única deverá ser destinado ao pagamento de despesas da Classe Única.

**4.10.1 Outros Ativos.** A parcela do Patrimônio Líquido da Classe Única que não estiver investida em Ativos Alvo poderá ser alocada em Outros Ativos, sendo que não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação setorial para os Ativos Alvo e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira.

**4.10.2 Verificação do Enquadramento.** Para fins de verificação do enquadramento estabelecido neste item, observado o disposto na regulamentação aplicável quanto ao enquadramento da Classe Única, devem ser somados aos Ativos Alvo, os seguintes valores:

- (i) destinados ao pagamento de Encargos da Classe Única desde que limitadas a 5% do capital subscrito da Classe Única;

- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento: **(a)** no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em Ativos Alvo; e **(b)** no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em Ativos Alvo; ou **(c)** enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador do Ativo Alvo desinvestido;
- (iii) a receber decorrentes da alienação a prazo dos Ativos Alvo; e
- (iv) aplicados em títulos públicos com o objetivo de constituição de garantia a contratos de financiamento de projetos de infraestrutura junto a instituições financeiras.

**4.10.3 Período de Desenquadramento.** Caso o desenquadramento ao limite estabelecido na Cláusula acima perdure por período superior ao prazo de aplicação dos recursos previsto neste Anexo I, a Gestora deverá, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos: **(i)** reenquadrar a Carteira; ou **(ii)** solicitar à Administradora a devolução dos valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado a última Chamada de Capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada.

**4.10.4 Não Aplicabilidade.** O limite de composição e enquadramento da Carteira em Ativos Alvo, conforme previsto acima, não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos de cada um dos eventos de integralização de Cotas, conforme previstos no compromisso de investimento.

**4.11 Investimento no Exterior.** A Classe Única não poderá investir em ativos no exterior, ainda que de forma indireta, por meio de outros fundos ou sociedades de investimento no exterior, independentemente de sua forma ou natureza jurídica.

**4.11.1 Ativo no Exterior.** Considera-se ativo no exterior quando o emissor tiver:

- (i) sede no exterior; ou
- (ii) sede no Brasil e ativos localizados no exterior que correspondam a 50% (cinquenta por cento) ou mais daqueles constantes das suas demonstrações contábeis.

**4.11.2 Exceção de Ativo no Exterior.** Não é considerado ativo no exterior quando o emissor tiver sede no exterior e ativos localizados no Brasil que correspondam a 90% (noventa por cento) ou mais daqueles constantes das suas demonstrações contábeis.

**4.11.3 Verificação de Condições.** A verificação quanto às condições dispostas nas Cláusulas acima deve ser realizada no momento do investimento pela Classe Única nos ativos do emissor.

**4.11.4 Requisitos de Governança.** Os requisitos mínimos de governança corporativa previstos na Cláusula 4.5 acima devem ser cumpridos pelas Sociedades Investidas no exterior, ressalvadas as adaptações necessárias decorrentes da regulamentação da jurisdição onde se localiza o investimento da Classe Única.

**4.12 Debêntures Simples.** A Classe Única não poderá investir em debêntures simples.

### **Carteira**

**4.13 Procedimento de Alocação.** Nos termos da Política de Investimento, conforme descrito neste Capítulo, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) os recursos que venham a ser aportados na Classe Única, mediante a integralização de Cotas, por meio de Chamada de Capital, **(a)** deverão ser utilizados para a aquisição de Ativos Alvo até o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente (1) à data da primeira integralização de Cotas no âmbito de cada Chamada de Capital ou (2) à data de encerramento da oferta pública de distribuição de Cotas objeto de registro na CVM; ou **(b)** poderão ser utilizados para pagamento de Encargos da Classe Única e/ou Encargos do Fundo;
- (ii) até que os investimentos da Classe Única nos Ativos Alvo sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados na Classe Única, em decorrência da integralização de Cotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério da Gestora, no melhor interesse da Classe Única e dos Cotistas; e
- (iii) durante os períodos que compreendam entre **(a)** o recebimento, pela Classe Única, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos da Classe Única nos Ativos Alvo e Outros Ativos, e **(b)** a alocação de tais rendimentos e outras remunerações, a critério da Administradora, no melhor interesse da Classe Única e dos Cotistas, tais recursos deverão ser aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional.

**4.13.1 Não Investimento em Ativos Alvo.** Caso os investimentos da Classe Única nos Ativos Alvo não sejam realizados dentro do prazo previsto, a Administradora deverá convocar imediatamente a Assembleia Especial para deliberar sobre **(i)** a prorrogação do referido prazo; ou **(ii)** a restituição aos Cotistas dos valores já aportados na Classe Única e que sejam referentes aos investimentos nos Ativos Alvo originalmente programados e não concretizados por qualquer razão.

**4.13.2 Desenquadramento.** A Administradora deve comunicar imediatamente à CVM, depois de ultrapassado o prazo, a ocorrência de desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da Carteira, no momento em que ocorrer.

- 4.14 Coinvestimento.** A Classe Única poderá realizar investimentos nas Sociedades Alvo em conjunto com terceiros, inclusive em conjunto com outros fundos de investimento, observada as deliberações da Gestora e do disposto no Acordo de Cotistas.
- 4.15 Mesmo Segmento.** Os fundos de investimentos administrados pela Administradora poderão realizar investimentos em companhias que atuem no mesmo segmento das Sociedades Alvo.
- 4.16 AFAC.** A Classe Única não poderá realizar AFACs nas Sociedades Investidas.
- 4.17 Bonificações.** Os juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício da Classe Única, por conta de seus investimentos nos Ativos Alvo e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido da Classe Única e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Cotistas, da Taxa de Administração, da Taxa de Gestão, da Taxa de Performance e/ou dos demais Encargos da Classe Única e/ou da Encargos do Fundo.
- 4.17.1 Dividendos.** Os dividendos que sejam declarados pelas Sociedades Alvo como devidos à Classe Única, por conta de seus investimentos nos Ativos Alvo, não poderão ser pagos diretamente aos Cotistas, salvo em caso de alteração na legislação tributária. Os conselhos de administração das Sociedades Investidas poderão determinar o reinvestimento dos dividendos nas Sociedades Investidas.
- 4.18 Derivativos.** É vedado à Classe Única a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial dos Ativos Alvo que integram a Carteira.
- 4.19 Restrições.** Salvo se devidamente aprovada pelos Cotistas reunidos em Assembleia Especial, é vedada a aplicação de recursos da Classe Única em Ativos Alvo de qualquer das Sociedades Alvo, caso da mesma participe, direta ou indiretamente:
- (i) a Administradora, a Gestora, membros de comitês ou conselhos criados pela Classe Única, e Cotistas representativos de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total de uma das Sociedades Alvo; e
  - (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira de operação de emissão ou oferta de Ativos Alvo a serem subscritos ou adquiridos pela Classe Única, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal das Sociedades Alvo, antes do primeiro investimento por parte da Classe Única.
- 4.20 Operações de Contraparte.** Salvo se aprovada em Assembleia Especial, é igualmente vedada a realização de operações pela Classe Única, em que esta figure como contraparte

das pessoas mencionadas na Cláusula 4.19(i) anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelos Prestadores de Serviço Essenciais, exceto os fundos de investimento de Renda Fixa ou Referenciado DI, desde que na forma de condomínio aberto, administrados ou geridos pela Administradora ou empresas a ela ligadas.

- 4.21 Partes Relacionadas.** Qualquer transação **(i)** entre a Classe Única e Partes Relacionadas; ou **(ii)** entre a Classe Única e qualquer entidade administrada pela Administradora ou pela Gestora (carteira de investimentos ou fundo de investimento); ou **(iii)** entre Partes Relacionadas e as Sociedades Alvo será considerada uma hipótese de potencial Conflito de Interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Especial.
- 4.22 Aquisição de Cotas.** É vedado à Administradora, à Gestora e às instituições distribuidoras das Cotas adquirirem Cotas, direta ou indiretamente.

***Período de Investimentos***

- 4.23 Período de Investimento.** O Período de Investimento será de 1 (um) ano, a contar da data da Primeira Integralização, durante o qual as Chamadas de Capital para integralização de Cotas serão realizadas com o objetivo de investimento pela Classe Única em Ativos Alvo em Outros Ativos ou pagamento de Encargos do Fundo e/ou Encargos da Classe Única, mediante decisão e orientação da Gestora e do Conselho de Administração.
- 4.23.1 Alteração do Período de Investimento.** Sem alterar o Prazo de Duração da Classe Única, o Período de Investimento poderá ser objeto de antecipação ou prorrogação, mediante proposta apresentada pela Gestora e sujeito a ratificação pela Assembleia Especial, observado o disposto no Acordo de Cotistas.
- 4.23.2 Investimentos Fora do Período de Investimento.** Os investimentos nas Sociedades Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento sempre objetivando os melhores interesses da Classe Única, nos casos de **(i)** reenquadramento; **(ii)** aumento de capital; ou **(iii)** exercícios de direito de preferência das Sociedades Investidas.
- 4.24 Período de Desinvestimento.** Sem prejuízo do item acima, contados do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento até a liquidação da Classe Única, a Gestora interromperá investimentos da Classe Única em Ativos Alvo e iniciará os respectivos processos de desinvestimento da Classe Única nas Sociedades Investidas, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, busquem propiciar ao Cotista o melhor retorno possível.
- 4.25 Amortização e Distribuição aos Cotistas.** Durante o Prazo de Duração, os rendimentos e recursos oriundos dos investimentos da Classe Única nas Sociedades Investidas, após o pagamento dos Encargos do Fundo e/ou dos Encargos da Classe Única, poderão ser objeto de amortização e/ou distribuição de Cotas, observado o quanto previsto deste Anexo.

- 4.26 Liquidação de Ativos.** Os investimentos da Classe Única poderão ser liquidados a qualquer tempo, inclusive durante o Período de Investimento, por determinação do Conselho de Administração submetida à Administradora, neste caso obrigatoriamente com o objetivo de investir em Ativos Alvo ou Outros Ativos.

## **5 REMUNERAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO**

- 5.1 Taxa de Administração.** A Administradora, pelos serviços de administração da Classe Única fará jus a uma remuneração correspondente a 0,15% (quinze centésimo por cento) ao ano sobre Patrimônio Líquido, observado o valor mínimo mensal líquido de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigida anualmente com base no IPC-FIPE, ou por outro índice que vier a substituí-lo, a partir da Primeira Integralização (“**Taxa de Administração**”).

- 5.1.1 Cálculo da Taxa de Administração.** A Taxa de Administração será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por Dia Útil, como Encargo do Fundo e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente.

- 5.1.2 Tributos.** Sobre a remuneração mínima mensal serão acrescidos todos os tributos sobre a prestação dos serviços.

- 5.2 Taxa de Gestão.** A Gestora, pelo serviço de gestão profissional da Carteira, fará jus a uma remuneração correspondente a 2,00% (dois por cento) ao ano sobre o Capital Comprometido, corrigida anualmente com base no IPC-FIPE, ou por outro índice que vier a substituí-lo, a partir da Primeira Integralização (“**Taxa de Gestão**”).

- 5.2.1 Cálculo da Taxa de Gestão.** A Taxa de Gestão será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por Dia Útil, como Encargo do Fundo e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente.

- 5.2.2 Pagamento da Taxa de Gestão.** A Taxa de Gestão poderá ser paga total ou parcialmente **(i)** pelas Sociedades Investidas, conforme os termos acordados entre cada Sociedade Investida; e **(ii)** a qualquer terceiro indicado ou subcontratado pela Gestora para apoio à prestação do serviço de gestão profissional da Carteira, inclusive Danica, conforme aplicável. Caso a Taxa de Gestão seja parcialmente paga por qualquer Sociedade Investida à Gestora ou a qualquer pessoa qualificada no item “ii”, o valor remanescente da Taxa de Gestão deverá ser pago pela Classe Única à Gestora ou à respectiva pessoa qualificada no item “ii”.

- 5.2.3 Tributos.** Sobre a remuneração mínima mensal mencionada acima, serão acrescidos todos os tributos sobre a prestação dos serviços.

- 5.3 Pagamento Direto aos Prestadores de Serviço.** A pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão, conforme o caso, sejam pagas diretamente pela Classe Única aos prestadores de serviços que tenham sido contratados pelos Prestadores

de Serviços Essenciais, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão, conforme o caso.

**5.4 Taxa de Ingresso e de Saída.** Não serão cobradas taxas de ingresso ou saída a serem pagas pelos Cotistas da Classe Única.

**5.5 Taxa de Performance.** Será devido à Gestora uma remuneração baseada no seu resultado, denominada Taxa de Performance, conforme descrito abaixo ("**Taxa de Performance**"):

**5.5.1 Performance Classe Única Subclasse A.** Será devido à Gestora uma remuneração baseada no seu resultado, denominada Taxa de Performance, correspondente a 20% (vinte por cento) ao que exceder o rendimento de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital investido pelos Cotistas da Classe Única Subclasse A, calculado em EUR, de acordo com a taxa disponível um dia útil imediatamente anterior ao da apuração, conforme disponibilizado pelo Banco Central do Brasil ("**BACEN**"), base 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo calculada por dia útil ("**Hurdle A**");

**5.5.2 Performance Classe Única Subclasse B.** Será devido à Gestora uma remuneração baseada no seu resultado, denominada Taxa de Performance, correspondente a 20% (vinte por cento) ao que exceder o rendimento de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital investido pelos Cotistas da Classe Única Subclasse B, atualizado pela variação do IPCA, calculado *pro rata die*, calculado em BRL, sobre base 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo calculada por dia útil ("**Hurdle B**");

**5.5.3 Performance Classe Única Subclasse C.** Será devido à Gestora uma remuneração baseada no seu resultado, denominada Taxa de Performance, correspondente a 20% (vinte por cento) ao que exceder o rendimento de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital investido pelos Cotistas da Classe Única Subclasse B, calculado em USD, de acordo com a taxa disponível um dia útil imediatamente anterior ao da apuração, conforme disponibilizado pelo Banco Central do Brasil ("**BACEN**"), base 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo calculada por dia útil ("**Hurdle C**" e, em conjunto com Hurdle A e Hurdle B, "**Hurdle Rate**");

**5.5.4** A data de atualização do índice aplicável será considerada de acordo com a divulgação ao mercado, sendo certo que, caso no dia de amortização, liquidação ou apuração da Taxa de Performance o número-índice oficial não esteja disponível, será utilizada a última variação disponível, sendo certo que não será devida nenhuma diferença ou compensação à Gestora pela utilização da última variação do índice aplicável disponível.

**5.5.5** A Taxa de Performance será calculada e apropriada a partir da data em que a soma das distribuições de resultados aos Cotistas, por meio da amortização de Cotas totalizarem, necessariamente, montante superior ao capital integralizado por cada Cotista acrescido do respectivo Hurdle Rate.



**5.6 Catch Up.** Observado o previsto deste Anexo, quando realizada distribuições de resultados aos Cotistas, será devido à Gestora uma remuneração sobre os valores entregues a título do Hurdle Rate (“**Catch Up**”) a ser paga por meio de amortizações de Cotas ou quando da liquidação da Classe Única, conforme abaixo, nesta ordem, necessariamente:

- (i) pagamento integral do capital integralizado na classe Única aos Cotistas;
- (ii) pagamento integral do Hurdle Rate aos Cotistas, de acordo com cada Subclasse de Cotas;
- (iii) pagamento do *Catch-Up* à Gestora da seguinte forma para cada classe de Cota: (a) para os Cotistas Classe Única Subclasse A e Cotistas Classe Única Subclasse B, será equivalente ao valor distribuído a título do Hurdle A e do Hurdle B, respectivamente, multiplicado pela razão 0,1/0,8 (equivalente 10% de Catch-Up); e (b) para os Cotistas Classe Única Subclasse C será equivalente ao valor distribuído a título do Hurdle C, respectivamente, multiplicado pela razão de 0,2/0,8 (equivalente 20% de *Catch-Up*); e
- (iv) os recursos excedentes serão distribuídos simultaneamente entre a Gestora, a título de Taxa de Performance, e os Cotistas, na seguinte proporção, 20% (vinte por cento) para a Gestora e 80% (oitenta por cento) para os Cotistas.

**5.6.2** Nos termos deste Regulamento, a Taxa de Performance e o *Catch Up* somente poderão ser pagos quando for possível distribuir o valor integralizado pelos Cotistas acrescido dos respectivos Hurdle Rates.

**5.7 Taxa Máxima de Custódia.** Pela prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração dos Ativos Alvo e Outros Ativos, o Custodiante fará jus a remuneração equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o Patrimônio Líquido da Classe Única, sem prejuízo de eventual valor mínimo mensal, de acordo com os termos acordados entre o Custodiante e o Administrador (“**Taxa Máxima de Custódia**”).

**5.7.1 Cálculo, Provisionamento e Pagamento.** A Taxa Máxima de Custódia será apropriada diariamente (base 1/252), e paga mensalmente, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês a que se referir, a partir da Primeira Integralização. O cálculo da Taxa Máxima de Custódia levará em conta a quantidade efetiva de Dias Úteis de cada mês, e terá como base um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

**5.8 Taxa Máxima de Distribuição.** Distribuidor Terceiro: O distribuidor poderá ser remunerado por taxa de distribuição em cada distribuição de cotas, conforme aprovada nos termos deste Regulamento e Anexo, de acordo com os termos e condições previstos no instrumento que aprovar referida emissão e distribuição.





## 6 CARACTERÍSTICAS DAS COTAS

**6.1 Cotas.** A Classe Única será constituída por Cotas que corresponderão a frações ideais do Patrimônio Líquido da Classe Única e terão a forma escritural, nominativa, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

**6.1.1 Precificação das Cotas.** As Cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido da Classe Única pelo número de Cotas da Classe Única ao final de cada dia, sendo divulgadas diariamente no Dia Útil imediatamente posterior, observadas as normas contábeis aplicáveis à Classe Única e as disposições do presente Anexo.

**6.1.2 Custódia.** As Cotas serão mantidas em contas de depósito em nome do Cotista aberta junto ao Custodiante. A propriedade das Cotas escriturais presumir-se-á pelo extrato da conta de depósito, representado por número inteiro ou fracionário de Cotas, conforme registros do Fundo.

**6.2 Subclasses.** A Classe Única é composta por 3 (três) Subclasses de Cotas, quais sejam: **(i)** Cotas Classe Única Subclasse A ("**Classe Única Subclasse A**"), conforme descrito no Apêndice A; **(ii)** Cotas Classe Única Subclasse B ("**Classe Única Subclasse B**"), conforme descrito no Apêndice B; e **(iii)** Cotas Classe Única Subclasse C, conforme descrito no Apêndice C ("**Classe Única Subclasse C**").

**6.2.1 Direitos Políticos.** As Cotas Classe Única Subclasse A, as Cotas Classe Única Subclasse B e as Cotas Classe Única Subclasse C detêm os mesmos direitos políticos, observado o disposto neste Regulamento.

**6.2.2 Direitos Econômico-financeiros.** As Cotas Classe Única Subclasse A, as Cotas Classe Única Subclasse B e as Cotas Classe Única Subclasse C farão jus a condições distintas de Taxas de Performance, observado o disposto neste Regulamento.

**6.3 Capital Mínimo.** As Cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo da Classe Única deverão representar, no mínimo, R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais), observado o montante necessário para realizar o pagamento pela Sociedade Investida.

**6.4 Valor Mínimo.** Não há valor mínimo ou máximo para manutenção de investimentos na Classe Única por Cotista após a subscrição inicial.

**6.5 Primeira Emissão.** No âmbito da 1ª (Primeira) emissão de Cotas da Classe Única, serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) de Cotas, sendo 19.549 (dezenove mil, quinhentas e quarenta e nove) Cotas Classe Única Subclasse A, 24.034 (vinte e quatro mil, e trinta e quatro) Cotas Classe Única Subclasse B, 6.417 (seis mil, quatrocentas e dezessete) Cotas, considerando o valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("**Emissão de Cotas**").

**6.6 Oferta Pública.** No âmbito da 1ª Emissão de Cotas, as Cotas serão objeto de oferta pública, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de rito de registro automático ("**Oferta Pública**").

- 6.7 Emissões.** Poderão ocorrer emissões de novas Cotas por decisão de Assembleia Especial e conforme características, respectivas condições para subscrição e integralização aprovadas na Assembleia Especial que deliberar pela nova emissão, observado o item 5.8 e o disposto na legislação aplicável. As novas Cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas, nos termos deste Anexo I.
- 6.8 Distribuição das Cotas.** As novas Cotas poderão ser objeto de distribuição e colocação pública, nos termos da Resolução CVM 160, e/ou segundo outros ritos que permitam a dispensa de registro, ou, ainda, a inobservância das disposições da Resolução CVM 160.
- 6.9 Prazo para Subscrição.** Caso a distribuição das Cotas da Classe Única ocorra nos termos da Resolução CVM 160, a subscrição ou aquisição das Cotas deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta Pública.
- 6.10 Direito de Preferência Nova Emissão.** Os Cotistas titulares de todas as Subclasses terão direito de preferência para subscrever e integralizar novas Cotas na proporção da respectiva participação de cada Cotista no Patrimônio Líquido da Classe Única.
- 6.10.1 Prazo para Exercício.** Em caso de nova emissão de Cotas, o direito de preferência deverá ser exercido pelo Cotista em até 7 (sete) dias contados do envio de comunicado específico para este fim ("Comunicado"), sendo vedada a cessão deste direito a terceiros. O exercício do direito de preferência deverá ser efetivado no referido prazo, através da assinatura da ata de Assembleia Especial, na hipótese Cotista presente à Assembleia Especial, e/ou mediante envio de instrumento de confirmação do exercício do direito de preferência pelo Cotista, ao endereço eletrônico da Administradora, nos moldes do Comunicado.
- 6.10.2 Informações.** As informações relativas à Assembleia Especial que aprovar a nova emissão de Cotas, bem como o Comunicado, estarão disponíveis a partir da data da Assembleia Especial na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora enviará tais documentos aos Cotistas no prazo máximo de 10 (dez) dias da realização da Assembleia Especial.
- 6.11 Subscrição.** Ao subscrever Cotas da Classe Única, cada investidor deverá celebrar com a Classe Única um Compromisso de Investimento e um Boletim de Subscrição, dos quais deverá constar a quantidade de Cotas subscritas e o valor total do investimento que o investidor se obriga a integralizar no decorrer do Prazo de Duração da Classe Única, de acordo com as Chamadas de Capital realizadas pela Administradora.
- 6.12 Chamada de Capital.** A Administradora realizará Chamadas de Capital para aporte de recursos mediante a integralização de Cotas, nos termos deste Anexo e do Compromisso de Investimento, na medida que **(i)** identifique oportunidades de investimento nos Ativos Alvo de emissão de Sociedades Alvo, ou **(ii)** identifique necessidades de recebimento pela Classe Única de aportes adicionais de recursos para pagamento de Encargos do Fundo e/ou

Encargos da Classe Única, até que 100% (cem por cento) das Cotas subscritas tenham sido integralizadas pelo Cotista.

**6.12.1 Prazo para Integralização.** Os Cotistas terão até 10 (dez) dias úteis para integralizar Cotas, nos termos de cada Chamada de Capital, com exceção da primeira emissão, que deverá ser integralizada em até 5 (cinco) dias úteis.

**6.12.2 Valores das Chamadas de Capital.** As Chamadas de Capital para aquisição de Ativos Alvo de emissão da Sociedade Alvo deverão ocorrer durante o Período de Investimento e, excepcionalmente, nos casos previstos neste Anexo, durante o Período de Desinvestimento. As Chamadas de Capital para pagamento de Encargos do Fundo e/ou Encargos da Classe Única poderão ocorrer durante todo o Prazo de Duração da Classe Única.

**6.12.3 Cumprimento do Anexo.** O Cotista, ao subscreverem Cotas e assinar os Compromissos de Investimento, comprometer-se-á a cumprir com o disposto neste Anexo e com o Compromisso de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar à Classe Única e ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, e declarando, para tanto, sua condição de Investidor Profissional e ciência das restrições existentes no âmbito da oferta, conforme o caso.

**6.13 Inadimplemento.** Em caso de inadimplemento das obrigações do Cotista no âmbito do respectivo Compromisso de Investimento referente ao atendimento à chamada para integralização de Cotas, o Cotista ficará constituído em mora, após o envio de comunicado da Administradora sobre a inadimplência e não regularização no prazo de 3 (três) dias úteis, sujeitando-se ao pagamento do valor devido e não pago atualizado pelo IPCA, calculado *pro rata die*, acrescido de multa diária de 2% (dois por cento), observado a multa total máxima de 10% (dez por cento), bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir do 2º (segundo) mês de atraso, sendo facultado à Administradora utilizar as amortizações a que o Cotista inadimplente fizer jus para compensar os débitos existentes com a Classe Única até o limite de seus débitos, bem como às demais penalidades contratuais estabelecidas no respectivo Compromisso de Investimento.

**6.14 Integralização.** A integralização de Cotas deverá ser realizada: **(i)** em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível – TED; ou **(ii)** por outras formas de transferências de recursos admitidas pelo Banco Central do Brasil.

**6.14.1 Recibo de Integralização.** Em até 10 (dez) Dias Úteis contados da integralização das Cotas, será emitido pela Administradora o respectivo recibo de integralização.

**6.14.2 Emissão do Recibo.** O recibo de integralização também poderá ser emitido pelo Custodiante.

**6.15 Secundário.** As Cotas não poderão ser negociadas em mercado secundário mas poderão ser cedidas por meio de instrumento particular assinado entre cedente e cessionário, observado o Acordo de Cotista.

**6.16 Direito de Preferência Secundário.** O Cotista que desejar alienar suas Cotas ("Cotista Ofertante" e "Cotas Ofertadas", respectivamente), no todo ou em parte, deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita à Administradora ("Notificação da Oferta"), especificando em tal comunicado os termos e condições da alienação ao potencial comprador ("Potencial Comprador"), incluindo : (a) a quantidade de Cotas Ofertadas; (b) a classe das Cotas Ofertadas; (c) o nome e identificação completa do Comprador Potencial e do grupo econômico ao qual pertence; (d) o preço oferecido por Cota; (e) termos e condições de pagamento; e (f) os demais termos e condições da transferência proposta ("Oferta Vinculante").

**6.16.1** A Administradora convocará os demais Cotistas para comparecerem à Assembleia Especial, informando as condições da oferta de Cotas, os quais terão direito de preferência à aquisição das referidas Cotas, *pro rata* à respectiva participação de cada Cotista no Patrimônio Líquido da Classe Única, de modo que o exercício do direito de preferência se dará na própria Assembleia Especial convocada para este fim, incluindo eventual reserva para sobras, devendo a efetivação do exercício do direito de preferência ser confirmada na própria ata da Especial.

**6.16.2 Sobras de Cotas.** Na hipótese de haver sobras de Cotas Ofertadas, nos termos do item acima, as Cotas remanescentes poderão ser alienadas a terceiros indicados pelo Cotista Ofertante, ou ainda, a qualquer terceiro interessado na aquisição das Cotas remanescentes, desde que, em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos Cotistas.

**6.16.3 Transferências Permitidas.** O direito de preferência descrito nesta Cláusula 6.16 não se aplica às hipóteses de transferências decorrentes de:

- (i) reorganização societária e/ou patrimonial do Cotista, desde que, cumulativamente:
  - (a) as Cotas, ou o novo veículo de investimento, sejam integralmente detidos pelos mesmos beneficiários finais do Investidor ou por parentes até o 2º (segundo) grau dos beneficiários finais do Investidor;
  - (b) tal transferência não seja realizada para fins de ceder a Terceiro, a qualquer título, direta ou indiretamente e a qualquer tempo, as Cotas; e
- (ii) reorganização societária e/ou patrimonial do Cotista, desde que **(a)** a transferência seja feita entre veículos ou fundos de investimento geridos por um mesmo gestor e **(b)** o referido gestor tenha plena discricionariedade sobre tais investimentos e tal transferência não resulte em transferência para fundos de gestão passiva ou não discricionária.

**6.16.4 Cessão do Direito de Preferência.** O direito de preferência previsto na Cláusula 6.16 poderá ser cedido pelo Cotista que seja um fundo de investimento para veículos ou

fundos de investimento geridos pelo mesmo gestor, desde que referido gestor tenha plena discricionariedade sobre tais investimentos e tal transferência não resulte em transferência para fundos de gestão passiva ou não discricionária. Na hipótese desta Cláusula, a cessão e o exercício do direito de preferência deverão ser informados e justificados à Administradora nos prazos informados na Cláusula 6.16.

## **7 EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS**

**7.1 Classe Fechada.** Não haverá resgate de Cotas, exceto quando do término do Prazo de Duração da Classe Única ou da liquidação antecipada da Classe Única ou do Fundo.

**7.2 Amortizações.** A Administradora poderá realizar amortizações parciais das Cotas, a qualquer tempo, em especial quando ocorrerem eventos de alienação de Ativos Alvo. A amortização será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas integralizadas existentes.

**7.2.1 Iliquidez.** A Assembleia Especial poderá determinar à Administradora que, em caso de iliquidez dos ativos da Classe Única, não havendo recursos disponíveis, a amortização das Cotas seja realizada mediante entrega de Ativos Alvo e/ou Outros Ativos aos Cotistas, na proporção das Cotas detidas por cada Cotista.

**7.2.2 Pagamento de Encargos.** Em qualquer hipótese de amortização e inclusive em caso de dação em pagamento de bens e direitos decorrente do resgate, a amortização ou o resgate se dará após a dedução de todas Encargos do Fundo e/ou Encargos da Classe Única tratadas neste Anexo e na regulamentação aplicável.

**7.3 Procedimento com *Catch Up*.** As distribuições de resultados aos Cotistas serão pagas por meio de amortizações de Cotas ou quando da liquidação da Classe Única e/ou do Fundo, da seguinte forma, nesta ordem, necessariamente:

- (i) pagamento integral do capital integralizado na Classe Única aos Cotistas;
- (ii) pagamento integral do *Hurdle Rate* aos Cotistas, de acordo com cada subclasse de Cota;
- (iii) pagamento do *Catch-up* à Gestora, da seguinte forma, para os Cotistas da: (a) Cota Única Subclasse A e da Cota Única Subclasse B, será equivalente ao valor distribuído a título do Hurdle A e do Hurdle B, respectivamente, multiplicado pela razão 0,1/0,8 (equivalente a 10% de *Catch-up*), e (b) Cota Única Subclasse C, será equivalente ao valor distribuído a título do Hurdle C, respectivamente, multiplicado pela razão de 0,2/0,8 (equivalente a 20% de *Catch-up*); e
- (iv) os recursos excedentes serão distribuídos simultaneamente entre a Gestora, a título de Taxa de Performance, e os Cotistas, na proporção de 20% (vinte por cento) para a Gestora e 80% (oitenta por cento) para os Cotistas.

**7.3.1** Nos termos deste Anexo I, a Taxa de Performance e o *Catch Up* somente poderão ser pagos quando for possível distribuir o valor integralizado pelos Cotistas acrescido do *Hurdle Rate*.

**7.4 Valor a Maior.** Caso, de acordo com qualquer erro manifesto de contabilidade ou erro similar, qualquer Cotista tenha recebido um valor superior ao valor que faz jus nos termos do presente Anexo I, tal Cotista deverá restituir à Classe Única ou às Sociedades Investidas, tal valor excedente, sem juros, no prazo de 30 (trinta) dias após a solicitação pela Classe Única. A obrigação de restituir a Classe Única ou uma das Sociedades Investidas, conforme aplicável, por distribuições incorretas subsistirá à transferência ou liquidação por tal Cotista da totalidade ou de qualquer parte de sua participação na Classe Única.

**7.5 Pagamento de Tributos.** Nos termos da legislação tributária brasileira, a Administradora fica autorizada a reter das distribuições realizadas a qualquer Cotista os valores necessários para pagamento de tributos incidentes sobre a Classe Única ou suas respectivas operações. Quaisquer valores assim retidos e pagos serão considerados como tendo sido distribuídos ao Cotista, para todos os fins do presente Anexo. De acordo com esta disposição, caso qualquer valor que deva ser retido não tenha sido retido, o Fundo, a Classe Única, a Administradora, conforme aplicável, deverá **(i)** exigir que o Cotista para quem tal retenção não foi realizada reembolse a Classe Única para que seja feita tal retenção, ou **(ii)** reduzir quaisquer distribuições posteriores pelo valor de tal retenção. A obrigação atribuída ao Cotista de reembolsar à Classe Única os tributos que foram obrigados a ser retidos subsistirá à transferência ou liquidação por tal Cotista da totalidade ou de qualquer parte de sua participação na Classe Única. Cada uma das partes deverá fornecer à Classe Única de tempos em tempos todas as informações exigidas por lei ou de outra forma razoavelmente solicitadas pela Classe Única (inclusive certificados da forma prevista pela lei federal, estadual, local ou estrangeira aplicável) para que a Classe Única possa avaliar a necessidade de retenção e o valor a ser retido.

## **8 LIQUIDAÇÃO,**

**8.1 Patrimônio Líquido Negativo.** Na hipótese de a Administradora verificar que o Patrimônio Líquido da Classe única estar negativo ("**Patrimônio Líquido Negativo**"), a Administradora deverá:

- (i) Imediatamente, em relação à Classe única: (a) fechar para resgates e não realizar amortização de Cotas; (b) não realizar novas subscrições de Cotas; (c) comunicar a existência do Patrimônio Líquido Negativo à Gestora; (d) divulgar fato relevante; e (e) cancelar os pedidos de resgate pendentes de conversão;
- (ii) Em até 20 (vinte) dias: **(a)** elaborar um plano de resolução do Patrimônio Líquido Negativo, em conjunto com a Gestora, do qual conste, no mínimo: (I) análise das causas e circunstâncias que resultaram no Patrimônio Líquido Negativo; (II) balancete; (III) proposta de resolução para o Patrimônio Líquido Negativo; e **(b)**

convocar a Assembleia Especial, para deliberar acerca do plano de resolução do Patrimônio Líquido Negativo.

**8.1.1 Faculdade dos Prestadores de Serviços Essenciais.** Caso após a adoção das medidas previstas no item “(i)” da Cláusula acima os Prestadores de Serviços Essenciais, em conjunto, avaliarem, de modo fundamentado, que a ocorrência do Patrimônio Líquido Negativo não representa risco à solvência da Classe Única, a adoção das medidas referidas no item “(ii)” da Cláusula acima se torna facultativa.

**8.2 Eventos de Liquidação.** Os seguintes eventos são considerados “Eventos de Liquidação” da Classe Única:

- (i) ao final do Prazo de Duração;
- (ii) caso seja deliberado em Assembleia Geral e/ou Assembleia Especial que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iii) por determinação da CVM, em caso de violação de normas legais ou regulamentares;
- (iv) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral e/ou Assembleia Especial especialmente convocada para tal fim;
- (v) intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora e/ou da Gestora, sem a sua efetiva substituição nos termos deste Anexo;
- (vi) se, após 90 (noventa) dias do início das atividades da Classe Única, o Patrimônio Líquido da Classe Única diário for inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) pelo período de 90 (noventa) dias consecutivos;
- (vii) caso, por inexistência de recursos líquidos, a Classe Única não possa fazer frente aos Encargos nas respectivas datas de vencimento;
- (viii) se no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição, não for subscrita a totalidade das Cotas representativas do seu Patrimônio Líquido inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado, antes de tal prazo.

**8.2.1 Transferência de Patrimônio.** No caso de liquidação do Fundo e/ou da Classe Única, a Administradora promoverá a transferência do patrimônio da Classe Única aos Cotistas, deduzidas a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão, a Taxa de Performance e quaisquer outras Encargos, na proporção de suas respectivas Cotas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo a Assembleia Geral ou Assembleia Especial que tiver deliberado a liquidação manifestar-se a respeito de eventual pagamento em ativos ao Cotista ou a alienação destes ativos em condições especiais.

**8.3 Recebimento em Ativos.** Na hipótese de um Evento de Liquidação e não havendo a disponibilidade de recursos, cada Cotista poderá receber Ativos Alvo e/ou Outros Ativos





constantes da Carteira, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento, conforme venha a ser decidido pela Assembleia Geral e/ou Assembleia Especial que deliberar pelo Evento de Liquidação.

**8.4 Condomínio.** Na hipótese de a Assembleia Geral e/ou a Assembleia Especial não chegar a um acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos bens e direitos para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Ativos Alvo e os Outros Ativos serão dados em pagamento ao Cotista, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação existentes à época. Após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da constituição do condomínio acima referido, a Administradora e o Custodiante estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Anexo, ficando autorizada a Administradora a liquidar o Fundo e/ou a Classe Única perante as autoridades competentes.

**8.5 Administrador do Condomínio.** A Administradora deverá notificar os Cotistas para que elejam um administrador para o condomínio de bens e direitos, conforme referido acima, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de bens e direitos a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

**8.5.1 Eleição de Administrador.** Caso os Cotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do envio da notificação, esta função será exercida pelos Cotistas.

**8.5.2 Custódia.** O Custodiante fará a custódia dos Ativos Alvo e dos Outros Ativos pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do envio da notificação aos Cotistas referida no item acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Cotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída deverá indicar à Administradora e ao Custodiante a data, hora e local para que seja feita a entrega dos Ativos Alvo e dos Outros Ativos. Expirado este prazo, a Administradora poderá promover a consignação dos ativos da Carteira, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

**8.6 Condução da Liquidação.** A liquidação do Fundo e/ou da Classe Única será conduzida pela Administradora, observadas as disposições deste Anexo ou o que for deliberado na Assembleia Geral e/ou Assembleia Especial.

**9 ASSEMBLEIA ESPECIAL**

**9.1 Competência e Deliberação.** Sem prejuízo das matérias estabelecidas na regulamentação própria e de outras matérias previstas em outros artigos deste Anexo, compete privativamente à Assembleia Especial deliberar sobre as matérias dispostas abaixo com o seguinte quórum para deliberação:

| Deliberação | Quórum |
|-------------|--------|
|-------------|--------|



|        |                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                           |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| (i)    | o requerimento de informações por parte dos Cotistas, observado o disposto no §1º, do Artigo 26, do Anexo Normativo IV, da Resolução CVM 175;                                                                                                                         | Maioria simples dos Cotistas presentes.   |
| (ii)   | a aprovação dos atos que configurem potencial Conflito de Interesses entre a Classe Única e a Administradora ou Gestora e entre a Classe Única e qualquer Cotista ou grupo de Cotistas que detenham mais de 10% (dez por cento) das Cotas subscritas da Classe Única; | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (iii)  | o pagamento, pela Classe Única, de Encargos não previstos no Artigo 117 da parte geral da Resolução CVM 175 e no Artigo 28 do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175;                                                                                                | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (iv)   | a instalação, composição, organização e funcionamento de eventuais comitês e conselhos da Classe Única;                                                                                                                                                               | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (v)    | a alteração ou prorrogação do Prazo de Duração da Classe Única;                                                                                                                                                                                                       | Maioria simples dos Cotistas presentes.   |
| (vi)   | a alteração do Anexo I do Regulamento;                                                                                                                                                                                                                                | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (vii)  | o aumento da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance;                                                                                                                                                                                                         | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (viii) | a emissão e distribuição de novas Cotas da Classe Única;                                                                                                                                                                                                              | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (ix)   | o pedido de declaração judicial de insolvência da Classe Única;                                                                                                                                                                                                       | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (x)    | a fusão, a incorporação, a cisão, total ou parcial, a transformação ou a liquidação da Classe Única;                                                                                                                                                                  | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (xi)   | a prestação de fiança, aval, aceite ou qualquer outra forma de retenção de risco, nos termos do Artigo 86, da parte geral da Resolução CVM 175;                                                                                                                       | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (xii)  | a aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos utilizados                                                                                                                                                                                                 | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |

|        |                                                                                                                                                                                                                                                             |                                           |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|        | na integralização de Cotas da Classe Única de que trata o Artigo 20, § 6º, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175; e                                                                                                                                    |                                           |
| (xiii) | a aprovação de operações com Partes Relacionadas e a aplicação de recursos Classe Única em títulos e valores mobiliários de emissão de Sociedades Alvo nas quais participem as pessoas listadas no Artigo 27, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175; e | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (xiv)  | a amortização de Cotas mediante entrega de Ativos Alvo e/ou outros ativos aos Cotistas; e                                                                                                                                                                   | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |
| (xv)   | a destituição e/ou substituição de da Assessora das Sociedades Investidas como prestadora de Serviços das Sociedades Investidas;                                                                                                                            | 75% das Cotas subscritas da Classe Única. |

**9.2 Convocação Assembleia.** A Assembleia Especial pode ser convocada pelos Prestadores de Serviços Essenciais, pelo Custodiante, Cotista ou grupo de Cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas da Classe Única para deliberar sobre ordem do dia de interesse da Classe Única.

**9.2.1 Prazo de Convocação.** A convocação da Assembleia Especial por solicitação de Cotistas de que trata o *caput* ou da Gestora, deve ser dirigida à Administradora, que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento da solicitação deverá realizar a convocação da Assembleia Especial. A convocação e a realização da Assembleia Especial deverão ser custeada pelos requerentes, salvo se a Assembleia Especial assim convocada deliberar em contrário.

**9.2.2 Informações da Convocação.** A Administradora deve disponibilizar aos Cotistas todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, na data de convocação da Assembleia Especial.

**9.2.3 Meios da Convocação.** A convocação da Assembleia Especial far-se-á com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a sua realização, por meio de correspondência encaminhada aos Cotistas, admitida a utilização de correio eletrônico, ficando para tal os Cotistas responsáveis pela atualização de seus dados e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Especial, todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, bem como a respectiva ordem do dia a ser

deliberada, sendo que, caso não disponha em contrário a convocação, a Assembleia Especial ocorrerá na sede da Administradora.

**9.2.4 Dispensa de Convocação.** Independentemente de convocação, será considerada regular a Assembleia Especial a que comparecerem todos os Cotistas.

**9.3 Instalação Assembleia.** A Assembleia Especial se instalará exclusivamente com a presença de qualquer número de Cotistas da Classe Única.

**9.4 Voto Assembleia.** Nas deliberações das Assembleias Especiais, a cada Cota emitida será atribuído o direito a um voto, sendo certo que somente podem votar na Assembleia Especial os Cotistas inscritos no “Registro de Cotistas” na data da convocação da Assembleia Especial, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

**9.4.1 Meios de realização da Assembleia.** A Assembleia Especial poderá ser realizada: **(i)** de modo exclusivamente eletrônico, caso os Cotistas somente possam participar e votar por meio de comunicação escrita ou sistema eletrônico; ou **(ii)** de modo parcialmente eletrônico, caso os Cotistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto a distância por meio de comunicação escrita ou sistema eletrônico.

**9.4.2 Sede da Administradora.** A Assembleia Especial realizada exclusivamente de modo eletrônico é considerada como ocorrida na sede da Administradora.

**9.4.3 Consulta Formal.** As deliberações da Assembleia Especial poderão ser tomadas mediante processo de consulta formal, formalizada por escrito, dirigida pela Administradora aos Cotistas, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

**9.4.4 Resposta à Consulta Formal.** A resposta dos Cotistas à consulta formal referida acima deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis e a ausência de resposta neste prazo será considerada como desaprovação pelos Cotistas à consulta formulada.

**9.5 Cotista Inadimplente.** O Cotista Inadimplente na data da convocação da Assembleia Especial não tem direito a voto sobre totalidade de cotas por ele detidas, subscritas ou integralizadas.

**9.6 Conferência Telefônica.** Será admitida a realização de Assembleias Especiais por meio de conferências telefônicas ou vídeo conferências, não excluídas a obrigatoriedade de elaboração e assinatura de ata da reunião, com descrição da ordem do dia e dos assuntos deliberados.

## 10 [RESERVADO]

## 11 ENCARGOS

**11.1 Encargos.** Nos termos do Artigo 117 da Resolução CVM 175, adicionalmente aos Encargos do Fundo, à Taxa de Administração, Taxa de Gestão e a Taxa de Performance, constituem encargos da Classe Única (“**Encargos da Classe Única**”):

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações da Classe Única;
- (ii) despesas com o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Resolução CVM 175;
- (iii) despesas com correspondência do interesse da Classe Única, inclusive comunicações aos Cotistas da Classe Única;
- (iv) honorários e despesas do Auditor Independente
- (v) emolumentos, encargos com empréstimos e comissões pagas por operações da Carteira e/ou ofertas do Fundo;
- (vi) despesas com a manutenção de ativos cuja propriedade decorra da execução de garantia ou de acordo com devedor;
- (vii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses da Classe Única, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada à Classe Única, se for o caso;
- (viii) gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos da Carteira, assim como a parcela de prejuízos da Carteira não coberta por apólices de seguro, salvo se decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviço da Classe Única no exercício de suas respectivas funções;
- (ix) despesas relacionadas ao exercício de direito de voto decorrente de Ativos Alvo da Carteira;
- (x) despesas com a realização de Assembleia Especial, no valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por exercício social do Fundo;
- (xi) despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação da Classe Única, no valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por exercício social do Fundo;
- (xii) a Taxa Máxima de Custódia;
- (xiii) prêmios de seguro;
- (xiv) inerentes à realização de reuniões de comitês ou conselhos da Classe Única, no valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por exercício social do Fundo;

- (xv) contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive despesas para operações do Fundo, especialmente as relativas a *due diligences* fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e/ou ambientais, conforme aplicável, e, ainda, custos de elaboração de contratos, incorridos para a realização de investimentos em Sociedades Alvo e tenham sido efetivamente concluídas, ainda que os investimentos deixem de ser efetivamente realizados, no valor máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por exercício social; e
- (xvi) contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradoras do mercado organizado em que a Classe Única tenha suas Cotas admitidas à negociação.

**11.2 Outras Despesas.** Quaisquer despesas não previstas nos incisos do *caput* como Encargos da Classe Única correrão por conta da Administradora ou da Gestora, conforme o caso, salvo decisão contrária da Assembleia Especial.

## **12 FATORES DE RISCO**

**12.1 Fatores de Risco.** Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a Política de Investimento da Classe Única, os investimentos da Classe Única estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe Única e aos Cotistas. Os recursos que constam na Carteira e o Cotista está sujeito aos seguintes Fatores de Riscos, de forma não exaustiva:

- (i) **Risco de Crédito.** Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos Ativos Alvo ou dos Outros Ativos ou pelas contrapartes das operações da Classe Única;
- (ii) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental.** A Classe Única também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora e dos demais prestadores de serviços do Fundo, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas;
- (iii) **Risco de Mercado em Geral:** Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Classe Única, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como taxa de juros, liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais;

- 
- (iv) **Riscos Relacionados às Sociedades Alvo e aos Ativos Alvo de Emissão da Sociedade Alvo.** Os investimentos da Classe Única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A Carteira da Classe Única está concentrada em Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo. Embora a Classe Única tenha sempre participação no processo decisório da respectiva Sociedade Alvo, não há garantias de (a) bom desempenho das Sociedades Alvo, (b) solvência das Sociedades Alvo, e (c) continuidade das atividades das Sociedades Alvo;
- (v) **Risco sobre a Propriedade das Sociedades Alvo.** Apesar de a Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo, a propriedade das Cotas não confere ao Cotista a propriedade direta sobre tais Ativos Alvo;
- (vi) **Risco de Investimento nas Sociedades Alvo (Trabalhista, Ambiental, Previdenciário, Cível, Administrativo etc.).** A Classe Única investirá na Sociedades Alvo plenamente constituída e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade da Sociedade Alvo: (a) estar inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) descumprir obrigações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuir considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, administrativo, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, o Fundo e, conseqüentemente o Cotista, poderá ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima;
- (vii) **Risco de Diluição.** A Classe Única poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos das normas legais e contratuais aplicáveis, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Sociedades Alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital da Sociedade Alvo no futuro, a Classe Única poderá ter sua participação no capital da Sociedade Alvo diluída;
- (viii) **Risco de Concentração da Carteira da Classe Única:** A Classe Única adquirirá Ativos Alvo de emissão, exclusivamente, das Sociedades Alvo, e poderá adquirir Outros Ativos de emissão de um ou mais emissores, sendo que, além do disposto na política de investimento prevista neste Anexo, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação setorial para os Ativos Alvo e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira, salvo aqueles previstos na regulamentação aplicável;
- (ix) **Risco Relacionado às Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários.** A Classe Única poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;
- (x) **Riscos de Liquidez dos Ativos da Classe Única.** As aplicações da Classe Única nos Ativos Alvo apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria

dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida;

- (xi) **Risco de Liquidez Reduzida das Cotas e do Mercado Secundário.** A Classe Única é constituída sob a forma de condomínio fechado e, portanto, não será permitido ao Cotista solicitar o resgate de suas Cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas neste Anexo e nas normas aplicáveis, incluindo o término do Prazo de Duração da Classe Única e as hipóteses de liquidação antecipada do Fundo e/ou da Classe Única, mediante a deflagração dos Eventos de Liquidação. Se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las privadamente, visto que as Cotas não serão registradas para negociação no mercado secundário. Ainda que o fossem, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento não apresenta alta liquidez, o que acarretaria dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionaria a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao Cotista;
- (xii) **Risco de Amortização em Ativos:** Em caso de iliquidez dos Ativos Alvo e/ou dos Outros Ativos da Classe Única, as Cotas, por orientação do Assembleia Especial, poderão ser amortizadas mediante entrega de Ativos Alvo e/ou de Outros Ativos ao Cotista, proporcionalmente à sua participação na Classe Única. Nesse caso, o Cotista poderá encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues como pagamento da amortização;
- (xiii) **Prazo para Resgate das Cotas.** Ressalvada a amortização de Cotas do Classe Única, pelo fato de a Classe Única ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Cotas somente poderá ocorrer após o término do Prazo de Duração, ocasião em que o Cotista deverá resgatar suas Cotas, ou nas hipóteses de liquidação, conforme previsto neste Regulamento;
- (xiv) **Resgate por Meio da Dação em Pagamento dos Ativos Integrantes de Carteira.** A Classe Única poderá efetuar o resgate das Cotas mediante entrega de bens e direitos, caso ainda existam na Carteira. Nesse caso, o Cotista poderá receber Ativos Alvo e/ou Outros Ativos em dação em pagamento pelo resgate de suas Cotas, nas respectivas proporções de participação na Classe Única, e poderão encontrar dificuldades para aliená-los;
- (xv) **Risco Relacionado ao Desempenho Passado.** Ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação da Classe Única e/ou do Fundo que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em que a Administradora /ou os demais prestadores de serviço do Fundo tenham de qualquer forma participado, os investidores devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pelo Fundo e/ou pela Classe Única e/ou pelas Sociedades Alvo;

- 
- (xvi) **Riscos de Alteração da Legislação Aplicável ao Fundo e/ou ao Cotista.** A legislação aplicável ao Fundo, à Classe Única, ao Cotista e aos investimentos efetuados pela Classe Única, incluindo, sem limitação as leis tributárias e regulamentações específicas do mercado de fundos, está sujeita a alterações. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados da Classe Única;
- (xvii) **Risco de Não Realização de Investimento pela Classe Única.** Os investimentos da Classe Única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento na Sociedade Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pela Classe Única estarão disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejável à satisfação da política de investimento da Classe Única, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos;
- (xviii) **Risco de potencial conflito de interesses.** A Classe Única poderá adquirir ativos de emissão da Sociedades Alvo, na qual os Cotistas detenham ou venham a deter participação acionária, direta ou indiretamente. Além disso, desde que aprovado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Especial, a Classe Única poderá figurar como contraparte da Administradora, da Gestora, ou dos Cotistas, bem como de fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora. Desta forma, tais partes poderão eventualmente tomar decisões relacionadas à Sociedades Alvo que possam afetar negativamente a rentabilidade da Classe Única;
- (xix) **Risco de não aproveitamento de benefício fiscal.** É o não atendimento pela Classe Única, pelas Sociedades Investidas e/ou pelo Cotista das exigências legais para aproveitamento de benefícios fiscais;
- (xx) **Risco de Derivativos.** Consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade da Classe Única, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas ao Cotista. Mesmo para a Classe Única, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas à Classe Única.

**12.2 Ciência dos Riscos.** Ao ingressar na Classe Única, cada Cotista assume todos os riscos decorrentes da política de investimento adotada pela Classe Única, declarando-se expressamente ciente da possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio da Classe Única, dos Fatores de Risco relacionados nesse Capítulo, inclusive a possibilidade de perda total dos investimentos e da existência de Patrimônio Líquido Negativo e, nesse caso, a necessidade de realizar aportes adicionais de recursos na Classe



Única, sendo que tal declaração constará do Compromisso de Investimento e do Boletim de Subscrição.

- 12.3 FGC.** As aplicações realizadas na Classe Única não contam com garantia da Administradora, da Gestora, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

### **13 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

- 13.1 Entidade de Investimento.** A Classe Única é considerada uma “entidade de investimento” nos termos dos Artigos 4º e 5º da Instrução CVM 579 e terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas das da Administradora, bem como das do Custodiante e do depositário eventualmente contratados pelo Fundo.

- 13.2 Reavaliação.** Não obstante o disposto no neste Capítulo, a Administradora poderá propor a reavaliação dos ativos da Carteira, quando:

- (i) verificada a notória insolvência da Sociedade Alvo;
- (ii) houver atraso ou não pagamento de dividendos, juros ou amortizações relativamente aos Ativos Alvo ou Outros Ativos que tenham sido adquiridos pela Classe Única;
- (iii) houver pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou falência ou for decretada a falência da Sociedade Alvo, concessão de plano de recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade Alvo, bem como a homologação de qualquer pedido de recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo a Sociedade Alvo;
- (iv) houver emissão de novas Cotas;
- (v) alienação significativa de ativos da Sociedade Alvo;
- (vi) oferta pública de ações de qualquer da Sociedade Alvo;
- (vii) mutações patrimoniais significativas, a critério da Administradora;
- (viii) permuta, alienação ou qualquer outra operação relevante com Ativos Alvo de emissão da Sociedade Alvo; e
- (ix) dos Eventos de Liquidação.

- 13.3 Normas Contábeis.** Para efeito da determinação do valor da Carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis aceitos no Brasil, especialmente a Instrução CVM 579, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos.

- 13.4 Avaliação Anual.** Os Ativos Alvo da Sociedade Alvo serão avaliados anualmente na forma da Instrução CVM 579. Os Outros Ativos serão avaliados conforme manual de marcação a mercado da Administradora ou do Custodiante.

## 14 DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1 Confidencialidade.** Os Cotistas e o Comitê de Investimentos deverão manter sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros: **(i)** as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pela Classe Única e/ou pelo Fundo, que fundamentem as decisões de investimento na Classe Única e no Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, **(ii)** as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas, e **(iii)** os documentos relativos às operações da Classe Única e do Fundo.

**14.1.1 Não Aplicabilidade.** Excetuam-se à vedação disposta acima, as hipóteses em que quaisquer das informações ali indicadas sejam reveladas, utilizadas ou divulgadas por qualquer Cotista: **(i)** com o consentimento prévio e por escrito da Assembleia Especial; ou **(ii)** se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, a Assembleia Especial, a Administradora e a Gestora deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

**14.2 Forma de Correspondência.** Para fins do disposto neste Anexo, considera-se o correio eletrônico uma forma de correspondência válida entre a Administradora, a Gestora, o Custodiante e os Cotistas.

**14.3 Declaração de Ausência de Conflito de Interesse.** A Administradora e a Gestora não têm conhecimento sobre qualquer situação ou potencial situação de Conflito de Interesses com a Classe Única no momento de constituição da Classe Única.

**14.4 Alteração Valuation.** Na ocorrência de alteração no valor justo dos investimentos da Classe Única, que impacte materialmente o seu Patrimônio Líquido da Classe Única, e do correspondente reconhecimento contábil dessa alteração, no caso de a Classe Única ser qualificada como “entidade para investimento” nos termos da regulamentação contábil específica, a Administradora deve:

- (i) disponibilizar aos Cotistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data do reconhecimento contábil:
  - (a) um relatório, elaborado pelos Prestadores de Serviços Essenciais, com as justificativas para a alteração no valor justo, incluindo um comparativo entre as premissas e estimativas utilizadas nas avaliações atual e anterior; e
  - (b) o efeito da nova avaliação sobre o resultado do exercício e Patrimônio Líquido da Classe Única apurados de forma intermediária;
- (ii) elaborar as demonstrações contábeis da Classe Única para o período compreendido entre a data de início do exercício e a respectiva data do reconhecimento contábil dos efeitos da nova mensuração caso:

- 
- (a) sejam emitidas novas Cotas da Classe Única até 10 (dez) meses após o reconhecimento contábil dos efeitos da nova avaliação;
  - (b) as Cotas da Classe Única sejam admitidas à negociação em mercados organizados; ou
  - (c) haja aprovação em Assembleia Especial.

**14.5 Demonstrações Contábeis.** As demonstrações contábeis referidas no inciso (ii) do item acima devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM e enviadas aos Cotistas e à CVM em até 90 (noventa) dias após a data do reconhecimento contábil dos efeitos da nova mensuração.

**14.5.1 Dispensa da Elaboração das Demonstrações Contábeis.** Fica dispensada a elaboração das demonstrações contábeis referidas no item acima quando estas se encerrarem 2 (dois) meses antes da data de encerramento do exercício social do Fundo, salvo se houver aprovação dos Cotistas reunido em Assembleia Especial, nos termos do inciso (ii), alínea (c) do item acima.

.....

## APÊNDICE A

### APÊNDICE AO REGULAMENTO DA CLASSE ÚNICA SUBCLASSE A DO DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES

O presente instrumento constitui o apêndice A (“**Apêndice A**”) referente à Subclasse A do **DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES**, a qual terá as seguintes características disciplinadas abaixo.

Os termos utilizados neste Apêndice A em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os mesmos significados definidos no Anexo I.

#### CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DA CLASSE ÚNICA SUBCLASSE A

##### 1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- 1.1 Os recursos da Subclasse A serão investidos nos termos da Cláusula 4.2.

##### 2 NÚMERO DE EMISSÃO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO

- 2.1 **Primeira Emissão.** No âmbito da 1ª Emissão de Cotas, foram subscritas 19.549 (dezenove mil, quinhentas e quarenta e nove) Cotas da Classe Única Subclasse A, considerando o valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 19.549.000,00 (dezenove milhões, quinhentos e quarenta e nove mil reais subscritos (“**1ª Emissão de Cotas Subclasse A**”).

- 2.1.1 No âmbito da 1ª Emissão de Cotas Subclasse A, as Cotas foram objeto de oferta privada, portanto, dispensada de registro perante a CVM, nos termos do artigo 8º, inciso II, da Resolução CVM 160, conforme alterada.

##### 3 PÚBLICO-ALVO E RESTRIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO

- 3.1 **Público-alvo.** As Cotas da Classe Única Subclasse A são destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que, no âmbito da 1ª Emissão de Cotas Subclasse A, o público-alvo será exclusivamente composto por Investidores Profissionais.
- 3.2 **Restrições de Negociação.** As Cotas da Classe Única Subclasse A objeto da Oferta Pública estarão sujeitas às restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160.
- 3.3 **Negociação.** As Cotas da Classe Única Subclasse A da Oferta Pública poderão ser negociadas em mercado secundário através do Módulo FUNDOS21, administrado e operacionalizado pela B3, ou cedidas por meio de instrumento particular assinado entre cedente e cessionário.
- 3.4 **Prazo para Subscrição.** A subscrição ou aquisição das Cotas da Classe Única Subclasse A deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por

períodos iguais e sucessivos, contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta Pública.

- 3.5 Prazo para Integralização.** Ao receber a Chamada de Capital, o Cotista será obrigado a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva Chamada de Capital, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

#### **4 DIREITOS POLÍTICOS E DIREITOS DE PREFERÊNCIA DE COINVESTIMENTO**

- 4.1** As Cotas da Classe Única Subclasse A não terão direitos políticos exclusivos.

#### **5 DIREITOS ECONÔMICOS – FINANCEIROS**

- 5.1 Taxa de Performance.** Será devido à Gestora uma remuneração baseada no seu resultado, denominada Taxa de Performance, correspondente a 20% (vinte por cento) ao que exceder o rendimento de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital investido pelos Cotistas da Classe Única Subclasse A, calculado em EUR, de acordo com a taxa disponível um dia útil imediatamente anterior ao da apuração, conforme disponibilizado pelo Banco Central do Brasil (“**BACEN**”), base 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo calculada por dia útil (“**Hurdle A**”).

- 5.2 Catch Up.** Observado o previsto no Anexo I, quando realizada distribuições de resultados aos Cotistas, será devido à Gestora uma remuneração sobre os valores entregues a título do *Hurdle Rate* (“**Catch Up**”) a ser paga por meio de amortizações de Cotas ou quando da liquidação da Classe Única, conforme abaixo, nesta ordem, necessariamente:

- (i) pagamento integral do capital integralizado na Classe Única aos Cotistas;
- (ii) pagamento integral do *Hurdle Rate* aos Cotistas, de acordo com cada Subclasse de Cotas;
- (iii) pagamento do *Catch-Up* à Gestora da seguinte forma para cada classe de Cota: **(a)** para os Cotistas Classe Única Subclasse A e Cotistas Classe Única Subclasse B, será equivalente ao valor distribuído a título do *Hurdle A* e do *Hurdle B*, respectivamente, multiplicado pela razão 0,1/0,8 (equivalente 10% de *Catch-Up*); e **(b)** para os Cotistas Classe Única Subclasse C será equivalente ao valor distribuído a título do *Hurdle C*, respectivamente, multiplicado pela razão de 0,2/0,8 (equivalente 20% de *Catch-Up*); e
- (iv) os recursos excedentes serão distribuídos simultaneamente entre a Gestora, a título de Taxa de Performance, e os Cotistas, na seguinte proporção, 20% (vinte por cento) para a Gestora e 80% (oitenta por cento) para os Cotistas.

- 5.2.2** Nos termos do Regulamento, a Taxa de Performance e o *Catch Up* somente poderão ser pagos quando for possível distribuir o valor integralizado pelos Cotistas acrescido dos respectivos *Hurdle Rates*.



.....

## APÊNDICE B

### APÊNDICE AO REGULAMENTO DA CLASSE ÚNICA SUBCLASSE B DO DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES

O presente instrumento constitui o apêndice B (“**Apêndice B**”) referente à Subclasse B do **DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES**, a qual terá as seguintes características disciplinadas abaixo.

Os termos utilizados neste Apêndice B em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os mesmos significados definidos no Anexo I.

#### CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DA CLASSE ÚNICA SUBCLASSE B

##### 1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- 1.1 Os recursos da Subclasse B serão investidos nos termos da Cláusula 4.2.

##### 2 NÚMERO DE EMISSÃO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO

- 2.1 **Primeira Emissão.** No âmbito da 1ª Emissão de Cotas, foram subscritas 24.034 (vinte e quatro mil, e trinta e quatro) Cotas da Classe Única Subclasse B, considerando o valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 24.034.000,00 (vinte e quatro milhões e trinta e quatro mil reais) subscritos (“**1ª Emissão de Cotas Subclasse B**”).

- 2.1.1 No âmbito da 1ª Emissão de Cotas Subclasse B, as Cotas foram objeto de oferta privada, portanto, dispensada de registro perante a CVM, nos termos do artigo 8º, inciso II, da Resolução CVM 160, conforme alterada.

##### 3 PÚBLICO-ALVO E RESTRIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO

- 3.1 **Público-alvo.** As Cotas da Classe Única Subclasse B são destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que, no âmbito da 1ª Emissão de Cotas Subclasse B, o público-alvo será exclusivamente composto por Investidores Profissionais.
- 3.2 **Restrições de Negociação.** As Cotas da Classe Única Subclasse B objeto da Oferta Pública estarão sujeitas às restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160.
- 3.3 **Negociação.** As Cotas da Classe Única Subclasse B da Oferta Pública poderão ser negociadas em mercado secundário através do Módulo FUNDOS21, administrado e operacionalizado pela B3, ou cedidas por meio de instrumento particular assinado entre cedente e cessionário.
- 3.4 **Prazo para Subscrição.** A subscrição ou aquisição das Cotas da Classe Única Subclasse B deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por

períodos iguais e sucessivos, contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta Pública.

- 3.5 Prazo para Integralização.** Ao receber a Chamada de Capital, o Cotista será obrigado a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva Chamada de Capital, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

#### **4 DIREITOS POLÍTICOS E DIREITOS DE PREFERÊNCIA DE COINVESTIMENTO**

- 4.1** As Cotas da Classe Única Subclasse B não terão direitos políticos exclusivos.

#### **5 DIREITOS ECONÔMICOS – FINANCEIROS**

- 5.1 Taxa de Performance.** Será devido à Gestora uma remuneração baseada no seu resultado, denominada Taxa de Performance, correspondente a 20% (vinte por cento) ao que exceder o rendimento de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital investido pelos Cotistas da Classe Única Subclasse B, atualizado pela variação do IPCA, calculado *pro rata die*, calculado em BRL, sobre base 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo calculada por dia útil ("**Hurdle B**").

- 5.2 Catch Up.** Observado o previsto no Anexo I, quando realizada distribuições de resultados aos Cotistas, será devido à Gestora uma remuneração sobre os valores entregues a título do *Hurdle Rate* ("**Catch Up**") a ser paga por meio de amortizações de Cotas ou quando da liquidação da Classe Única, conforme abaixo, nesta ordem, necessariamente:

- (i) pagamento integral do capital integralizado na Classe Única aos Cotistas;
- (ii) pagamento integral do *Hurdle Rate* aos Cotistas, de acordo com cada Subclasse de Cotas;
- (iii) pagamento do *Catch-Up* à Gestora da seguinte forma para cada classe de Cota: **(a)** para os Cotistas Classe Única Subclasse A e Cotistas Classe Única Subclasse B, será equivalente ao valor distribuído a título do *Hurdle A* e do *Hurdle B*, respectivamente, multiplicado pela razão 0,1/0,8 (equivalente 10% de *Catch-Up*); e **(b)** para os Cotistas Classe Única Subclasse C será equivalente ao valor distribuído a título do *Hurdle C*, respectivamente, multiplicado pela razão de 0,2/0,8 (equivalente 20% de *Catch-Up*); e
- (iv) os recursos excedentes serão distribuídos simultaneamente entre a Gestora, a título de Taxa de Performance, e os Cotistas, na seguinte proporção, 20% (vinte por cento) para a Gestora e 80% (oitenta por cento) para os Cotistas.

- 5.2.2** Nos termos do Regulamento, a Taxa de Performance e o *Catch Up* somente poderão ser pagos quando for possível distribuir o valor integralizado pelos Cotistas acrescido dos respectivos *Hurdle Rates*.





## APÊNDICE C

### APÊNDICE AO REGULAMENTO DA CLASSE ÚNICA SUBCLASSE C DO DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES

O presente instrumento constitui o apêndice C (“**Apêndice C**”) referente à Subclasse C do **DANICA RENTALS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – EMPRESAS EMERGENTES**, a qual terá as seguintes características disciplinadas abaixo.

Os termos utilizados neste Apêndice C em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os mesmos significados definidos no Anexo I.

#### CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DA CLASSE ÚNICA SUBCLASSE C

##### 1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- 1.1 Os recursos da Subclasse C serão investidos nos termos da Cláusula 4.2.

##### 2 NÚMERO DE EMISSÃO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO

- 2.1 **Primeira Emissão.** No âmbito da 1ª Emissão de Cotas, foram subscritas 6.417 (seis mil, quatrocentas e dezessete) Cotas da Classe Única Subclasse C, considerando o valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 6.417.000,00 (seis milhões, quatrocentos e dezessete mil reais) subscritos (“**1ª Emissão de Cotas Subclasse C**”).

- 2.1.1 No âmbito da 1ª Emissão de Cotas Subclasse C, as Cotas foram objeto de oferta privada, portanto, dispensada de registro perante a CVM, nos termos do artigo 8º, inciso II, da Resolução CVM 160, conforme alterada.

##### 3 PÚBLICO-ALVO E RESTRIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO

- 3.1 **Público-alvo.** As Cotas da Classe Única Subclasse C são destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que, no âmbito da 1ª Emissão de Cotas Subclasse C, o público-alvo será exclusivamente composto por Investidores Profissionais.
- 3.2 **Restrições de Negociação.** As Cotas da Classe Única Subclasse C objeto da Oferta Pública estarão sujeitas às restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160.
- 3.3 **Negociação.** As Cotas da Classe Única Subclasse C da Oferta Pública poderão ser negociadas em mercado secundário através do Módulo FUNDOS21, administrado e operacionalizado pela B3, ou cedidas por meio de instrumento particular assinado entre cedente e cessionário.
- 3.4 **Prazo para Subscrição.** A subscrição ou aquisição das Cotas da Classe Única Subclasse C deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por

períodos iguais e sucessivos, contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta Pública.

- 3.5 Prazo para Integralização.** Ao receber a Chamada de Capital, o Cotista será obrigado a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva Chamada de Capital, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

#### **4 DIREITOS POLÍTICOS E DIREITOS DE PREFERÊNCIA DE COINVESTIMENTO**

- 4.1** As Cotas da Classe Única Subclasse C não terão direitos políticos exclusivos.

#### **5 DIREITOS ECONÔMICOS – FINANCEIROS**

- 5.1 Taxa de Performance.** Será devido à Gestora uma remuneração baseada no seu resultado, denominada Taxa de Performance, correspondente a 20% (vinte por cento) ao que exceder o rendimento de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital investido pelos Cotistas da Classe Única Subclasse B, calculado em USD, de acordo com a taxa disponível um dia útil imediatamente anterior ao da apuração, conforme disponibilizado pelo Banco Central do Brasil (“**BACEN**”), base 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo calculada por dia útil (“**Hurdle C**”);

- 5.2 Catch Up.** Observado o previsto no Anexo I, quando realizada distribuições de resultados aos Cotistas, será devido à Gestora uma remuneração sobre os valores entregues a título do *Hurdle Rate* (“**Catch Up**”) a ser paga por meio de amortizações de Cotas ou quando da liquidação da Classe Única, conforme abaixo, nesta ordem, necessariamente:

- (i) pagamento integral do capital integralizado na Classe Única aos Cotistas;
- (ii) pagamento integral do *Hurdle Rate* aos Cotistas, de acordo com cada Subclasse de Cotas;
- (iii) pagamento do *Catch-Up* à Gestora da seguinte forma para cada classe de Cota: **(a)** para os Cotistas Classe Única Subclasse A e Cotistas Classe Única Subclasse B, será equivalente ao valor distribuído a título do *Hurdle A* e do *Hurdle B*, respectivamente, multiplicado pela razão 0,1/0,8 (equivalente 10% de *Catch-Up*); e **(b)** para os Cotistas Classe Única Subclasse C será equivalente ao valor distribuído a título do *Hurdle C*, respectivamente, multiplicado pela razão de 0,2/0,8 (equivalente 20% de *Catch-Up*); e
- (iv) os recursos excedentes serão distribuídos simultaneamente entre a Gestora, a título de Taxa de Performance, e os Cotistas, na seguinte proporção, 20% (vinte por cento) para a Gestora e 80% (oitenta por cento) para os Cotistas.

- 5.2.2** Nos termos do Regulamento, a Taxa de Performance e o *Catch Up* somente poderão ser pagos quando for possível distribuir o valor integralizado pelos Cotistas acrescido dos respectivos *Hurdle Rates*.